

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

ZULEMAR AUGUSTA GIROTTI SAVIAN

**Gênero, masculinidades e alcoolismo na modernidade: A
Revista Ilustração Brasileira, as comemorações do
Centenário da Independência e a as elites urbanas cariocas
no início do Século XX.**

MARÍLIA

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

ZULEMAR AUGUSTA GIROTTI SAVIAN

**Gênero, masculinidades e alcoolismo na modernidade: A
Revista Ilustração Brasileira, as comemorações do
Centenário da Independência e as elites urbanas cariocas
no início do Século XX.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga. Área de Concentração: Cultura, Identidade e Memória.

MARÍLIA

2016

Savian, Zulemar Augusta Giroto.
S267g Gênero, masculinidades e alcoolismo na modernidade:
A Revista Ilustração Brasileira, as comemorações do
Centenário da Independência e a as elites urbanas cariocas
no início do Século XX / Zulemar Augusta Giroto Savian.
– Marília, 2016
83 f. ; 30 cm.

Orientador: Antônio Mendes da Costa Braga.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual
Paulista, 2016.
Bibliografia: f. 76-83

1. Civilização moderna. 2. Sociologia histórica. 3.
Drogas. 4. Rio de Janeiro (RJ) – Cultura popular. I. Título.

CDD 301.2

ZULEMAR AUGUSTA GIROTTTO SAVIAN

Gênero, masculinidades e alcoolismo na modernidade: A Revista Ilustração Brasileira, as comemorações do Centenário da Independência e a as elites urbanas cariocas no início do século XX.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga. Área de Concentração: Cultura, Identidade e Memória.

Data de Defesa: 16/ 02/ 2016.

BANCA EXAMINADORA

1º Examinador:

Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga – orientador (UNESP/Marília)

2º Examinador:

Dra. Lourdes Magdalena Gazarini Conde Feitosa (USC/ Bauru)

3º Examinador:

Dra. Larissa Maués Pelúcio Silva (UNESP/ Bauru)

SUPLENTE 1º Examinador:

Dra. Christina de Rezende Rubim

SUPLENTE 1º Examinador:

Dr. Andreas Hofbauer

Marília, fevereiro de 2016.

“Ansioso de conhecimentos, procure o povo dessedentar-se na ILLUSTRAÇÃO
BRASILEIRA, de cujas estampas e colunas jorrará agua viva, substancia clara, limpa,
saborosa, nutriente” (Medeiros e Albuquerque, 1935).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga, pela orientação, paciência e dedicação nesse percurso da pós-graduação e a Profa. Dra. Lourdes M. G. Conde Feitosa pela atenção e orientação desde minha graduação em História.

Ao Eduardo, pela compreensão e apoio sempre presente. A minha mãe e meu falecido pai que me fomentou o interesse nessa pesquisa. Aos meus irmãos, Douglas em especial o Daniel, pela força e pela ajuda constante.

Aos colegas de trabalho, direção, funcionários e professores da E.E. Sueli Ap. Sé Rosa que me ajudaram a conciliar as obrigações em sala de aula com as atividades acadêmicas.

As antigas e novas amizades realizadas no Campus de Marília, que propiciaram momentos inesquecíveis e muitas risadas e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para realização dessa pesquisa.

RESUMO

A Belle Époque, uma época de transformações profundas na sociedade brasileira. Para as elites cariocas, foi tempo onde vários projetos de modernidades se consolidaram em diferentes esferas da vida e muitos desses signos podem ser encontrados em periódicos de leitura rápida como as revistas da época. Dessa forma, através do método qualitativo este ensaio analisa a revista *Ilustração Brasileira*, com ênfase nas edições de 1922 (ano das comemorações do centenário da independência do Brasil). Busca encontrar símbolos, identidades femininas e masculinas, hábitos, vícios, modos de vida e formas de transgressão que possam expressar as características das elites urbanas cariocas. Como leitura ideal ao dia a dia, a revista refletiu ideais necessários aos novos sujeitos modernos, com artigos de crítica ao patriarcado, reportagens sobre celebridades em Paris e as novidades de produtos da última moda em 1922, tal como cervejas escuras, claras, cigarros industrializados e roupas diferenciadas para homens e mulheres. Num momento onde existia todo um discurso médico e higienista, pautado em teorias eugênicas, degenerativas e alienistas de disciplinarização dos corpos e controle dos espaços como femininos ou masculinos houve uma situação conflituosa por parte dos anunciantes da revista que tiveram de relacionar principalmente o consumo da cerveja, o uso do cigarro e de outras drogas lícitas como a cocaína, o éter e o haxixe a espaços controlados pela sociabilidade, pela diversão e pela responsabilidade na moderação de seu consumo.

Palavras – chave: modernidade, elites cariocas, alcoolismo, tóxicos sutis, consumo.

ABSTRACT

The Belle Époque, a time of profound changes in Brazilian society. For Rio elites was time where multiple modernities projects were consolidated in different walks of life and many of these signs can be found in journals quick read as the magazines of the time. Thus, through the qualitative method this essay analyzes the Brazilian *Illustrating* magazine, focusing on issues from 1922 (the year of the celebrations of Brazil's independence centenary). Seeks to find symbols, male and female identities, habits, addictions, lifestyles and forms of transgression that can express the characteristics of Rio's urban elites. As ideal reading day by day, the magazine reflected ideals necessary to new modern subjects, with critical articles patriarchy, stories about celebrities in Paris and the news of the latest fashion products in 1922, such as dark beers, light, manufactured cigarettes and different clothes for men and women. At a time when there was all a doctor and hygienist discourse, based on eugenic theories, degenerative and psychiatrists of disciplining of bodies and control spaces as male or female there was a conflict situation by the magazine's advertisers they had to relate mainly beer consumption the use of cigarettes and other illicit drugs such as cocaine, ether and hashish to areas controlled by the sociability, the fun and responsibility in moderating their consumption.

Key - words: modernity, Rio high society, alcoholism, subtle toxics, consumption.

SUMÁRIO

1. Introdução	05
2. Cap. 1 - A questão de gênero no viés da revista	09
3. Cap. 2 - A revista <i>Ilustração Brasileira</i> no Rio de Janeiro da Belle Époque: urbanização e produção intelectual	13
4. Cap. 3 - O processo civilizador carioca e o álcool como degenerescência dos pobres, sociabilidade e elites	33
5. Cap. 4 - Se você pensa que cachaça é cerveja, cachaça não é cerveja não: novos significados de consumo elitista na revista <i>Ilustração Brasileira</i>	52
6. Considerações finais	73
Referências bibliográficas	76

1. Introdução

O início do século XX foi um período de avanços científicos muito importantes. O desenvolvimento tecnológico proporcionou à civilização crescimento das indústrias, o controle de doenças, urbanização nas cidades e os novos padrões de relações sociais. O poder do conhecimento e consumismo se propunha a resolver todos os problemas públicos e privados. Entre grupos elitistas urbanos falava-se nos avanços tecnológicos, locomotivas que traziam, levavam pessoas e escoavam melhor a produção, telégrafos, iluminação das grandes avenidas, todas essas características da “Belle Époque”.

Uma modernidade que se refletia na etiqueta, moda, no fato de se usar determinadas roupas, de se fumar marcas específicas de cigarros, ou mesmo de bebericar esta ou aquela cerveja. Através destas práticas de consumo o sujeito era classificado como pertencente a determinada classe social mais abastada.

Quando havia excesso no consumo de bebidas alcoólicas por parte dos mais pobres, por sua vez, a propensão era relacionar o caso ao alcoolismo. Segundo a medicina higienista, o alcoolismo era vício característico da própria condição social dos mesmos, e que dificilmente se percebia nos círculos sociais elitistas.

As tendências dinâmicas da Belle Époque, presentes na cidade do Rio de Janeiro, crepitavam no ano do centenário da independência do Brasil, em 1922. Uma gama de novas representações sociais, considerações da alta classe sobre o significado da modernidade, perfis idealizados de femininos e masculinos a serem seguidos, se encontravam estampados nas páginas da literatura rápida e necessária ao padrão de vida deste homem moderno.

Impressos como os das revistas *Eu Sei Tudo* e *Ilustração Brasileira*, crônicas, folhetins e produções jornalísticas de escritores como Coelho Neto e Álvaro Moreyra, editoriais da Sociedade Anônima o Malho, informativos científicos, matérias de uso comum e da última moda em Paris ou nos Estados Unidos, eram voltadas para um público seletivo e direcionado: às elites cariocas urbanas.

A *Ilustração Brasileira* contém considerações e pistas importantes sobre o tipo de sociedade a qual a revista se direcionava e pode abrir espaço à investigação de sugestões comportamentais indicadas à parcela de seu público leitor. Como

documentação primária, de fonte direta, é um material de pesquisa pertinente para análise social do período e soma as pesquisas relacionadas a História Cultural.

Desta forma, este ensaio busca problematizar o entendimento de conceitos como civilização, identidade e significações de hábitos e vícios no contexto da Belle Époque carioca. Isto será feito, através da análise da revista *Ilustração Brasileira*, com ênfase na edição comemorativa de 1922, com consultas a outros volumes da mesma e jornais, teses, sites, anais de congresso, fotos e propagandas que podem contribuir para o aprofundamento da pesquisa.

O método utilizado será qualitativo, com análise interpretativa do conteúdo da revista, visando chegar a uma forma adequada no entendimento de questões tais como, o problema do alcoolismo na sociedade elitista urbana carioca de então, considerando que o magazine apresentava perfis idealizados de masculinidade que eram conflitantes com os prescritos pelo saber médico da época.

Propõem-se duas interpretações: (1) a revista refletia e era uma propagadora da visão de mundo das elites cariocas urbanas. Isto fica muito evidente nos discursos e conteúdos que determinavam quais hábitos deveriam ser considerados positivos e quais eram negativos. A criação da imagem do “bom bebedor social” em oposição ao do alcoólatra é um exemplo; (2) Ao mesmo tempo que era uma promotora de uma visão idealizada das elites cariocas ela também era parte dos mecanismos de controle e regulamentação no combate e repressão aos indivíduos vistos como “desviantes” do padrão considerado convencional.

Este estudo também é uma investigação sobre quem eram os intelectuais que escreviam para a revista e sua condição social/econômica, visto que, seus textos remetiam a possibilidade da construção de novas identidades masculinas e femininas no contexto da década de vinte. Pretende-se, por exemplo, identificar símbolos que representavam comportamentos sociais considerados modernos, ora vistos como positivos, ora como negativos.

A ênfase será nas possíveis relações forjadas por essas mesmas elites entre a definição de sujeito moderno e sua relação com o consumo. Nesta perspectiva há necessidade de se compreender como foi possível a emergência das cervejarias

brasileiras em um momento em que o consumo alcoólico passava a ser considerado um problema social e de saúde pública, sob o controle do Estado e do saber médico.

Esta pesquisa se divide em quatro capítulos além da introdução e considerações finais. No primeiro deles, *A questão de gênero na revista Ilustração*, discuto algumas idéias sobre as questões feministas conforme proposto por Joan Scott (1989) e como elas estão relacionadas à Ilustração Brasileira. Friso que não se trata aqui de entrar no debate sobre o gênero, mas de usar algumas propostas analíticas deste debate para interpretar a revista. No segundo capítulo, *A Ilustração Brasileira no Rio de Janeiro da Belle Époque: urbanização e produção intelectual*, partindo do processo de urbanização dos grandes centros como o Rio de Janeiro, analisa-se as mudanças físicas e sociais ocorridas com a inauguração da Exposição do Centenário da Independência. Se verifica a figura do intelectual como produtor de conhecimento elitista neste contexto, tal como o co-editor Álvaro Moreyra e o editor Medeiros e Albuquerque.

No capítulo três *O processo civilizador carioca e o álcool como degenerescência dos pobres, sociabilidade e elites*, trabalha-se com a ideia de discursos masculinos, médicos e políticos que condenam o uso em excesso de bebidas alcoólicas e outros tóxicos sutis. Pautados em teorias eugenistas de controle e embranquecimento da população. Muitos médicos como o Dr. Mancorvo Filho, influente e membro da sociedade carioca em 1922, reforçavam a criação de normas punitivas aos comportamentos considerados desviantes e muitas vezes internavam em asilos psiquiátricos os indivíduos taxados como problemáticos, independentemente de seu gênero ou condição social.

No capítulo quatro, *Se você pensa que cachaça é cerveja, cachaça não é cerveja não: novos significados de consumo elitista na revista Ilustração Brasileira*, há a análise do material textual e imagético da revista, como importante documento histórico primário. Nesse capítulo foca-se nos novos padrões de modernidade que se consolidavam na Belle Époque e identifica-se várias mudanças encontradas em algumas situações, tal como a crítica feminista da jornalista Sarah Monteiro, única mulher a escrever nas edições de 1922, as mudanças no vestuário de homens e mulheres elitistas, perceptíveis em fragmentos de reportagens ou mesmo nas fotos da época. Também chama-se a atenção para o uso de várias substâncias consideradas lícitas, como a cocaína, o haxixe e o éter, que podiam ser compradas em farmácias e eram de uso

freqüente das elites cariocas. Na análise aqui proposta também se chama a atenção para a forma como a revista propagava e buscava legitimar e impor a visão de mundo e os valores das elites urbanas cariocas. É especificamente colocada em evidência a estratégia forjada pelos anunciantes da *Ilustração Brasileira*, em agregar o consumo da cerveja e do cigarro industrializado ao bem da sociabilidade pública, ao status social em detrimento da cachaça e do cigarro de palha considerados deselegantes e sujos por essas classes sociais mais abastadas.

2. Capítulo 1 - A questão do gênero no viés da revista

Existem várias considerações no viés da *Ilustração Brasileira*, vinculadas a questão do gênero na década de 1920. São fotos, reportagens, contos que fornecem pistas e observações sobre as formas das elites cariocas urbanas buscarem definir os papéis e lugares dos homens e mulheres na sociedade em conformidade com sua posição de classe. A revista como documento primário é pertinente ao estudo de hábitos e novos costumes disseminados pelas elites tanto para masculinos, como para femininos no contexto da Belle Époque, um período onde segundo Rago (2009), os movimentos operários ganharam destaque na luta por melhores condições de trabalho com a movimentação dos anarquistas, comunistas e as várias correntes feministas.

A década de 1920 estava repleta sobre o debate feminista que questiona a posição de recato e passividade da mulher burguesa, proposto um contexto patriarcal, onde o marido era o senhor da família e todos naquele círculo deveriam lhe prestar respeito absoluto. Segundo Scott (1989) os debates sobre gênero e as questões da crítica ao patriarcado surgiram neste período. Para a autora o gênero como categoria de análise ganhou força na academia a partir de produções realizadas na década de 1980, derivadas de uma série de análises pertinentes a trabalhos posteriores. Ela considera que o gênero é algo que deriva das construções sociais que permeiam as relações entre os indivíduos e não algo biologicamente criado.

As questões feministas quando relacionadas a década de 1920 propostas a partir de todo esse debate de 1980, fazem muito sentido. A crítica ao patriarcado, a igualdade entre homens e mulheres, a independência financeira, a liberdade social, a percepção de que existem muitas feminilidades e masculinidades na sociedade ocidental, são propostas que podem somar na análise dos projetos de modernidade elitistas criados e disseminados em periódicos como a *Ilustração Brasileira*.

Algumas pesquisas históricas produzidas no decorrer do século XX, colocaram em pauta o papel das mulheres na História, para compreender as diferenças instituídas entre os sexos e as relações de poder estabelecidas entre eles. Questionou-se muitas relações entre diferentes grupos sociais, desde análises de masculinidades como Costa (1998) a estudos vinculados a feminilidades.

A diversificação das fontes de pesquisa, como o uso da música, da literatura, da imprensa, do cinema e da mídia também foram um importante mecanismo de estratégia metodológica e o uso de periódicos de época como documentos históricos e contribuiu para enriquecer o trabalho acadêmico em Ciências Sociais, História, Antropologia entre outras vertentes do conhecimento. (RAGO, 2009). Segundo Feitosa (2005), trabalhos que se preocupam com aspectos culturais podem auxiliar na reelaboração de princípios teóricos das Ciências Humanas.

Na revista *Ilustração Brasileira*, edição comemorativa de 1922, podem ser encontrados textos que tem o pressuposto de reintegrar as mulheres à sua história, priorizando o tema do trabalho feminino fora de casa e a crítica ao patriarcado como um artigo da jornalista Sarah Moreira que critica veementemente o patriarcado e conclama as mulheres da elite para seres feministas, mas não perderem sua feminilidade. Segundo Matos (1998), num leque de várias correntes interpretativas, produções deste tipo se preocupam em recuperar a atuação das mulheres no processo histórico como sujeitos ativos, de modo a questionar imagens de passividade e confinamento ao espaço do lar.

Trabalhos como o de Santos (2010) também investigam o papel da imprensa jornalística das primeiras décadas do século XX, e sua contribuição para o desenvolvimento da campanha feminista a partir de publicações feitas por Bertha Lutz na *Revista da Semana* de 1918. A autora informa que havia posicionamento pejorativo sobre a posição social das mulheres de todas as classes, em revistas e jornais cariocas. Cita que Bertha Lutz, foi uma importante militante dos anos de 1920, participou de muitos congressos nacionais e internacionais, e até conseguiu aprovação para a entrada de meninas no colégio Pedro II (Rio de Janeiro). Além disso, a feminista defendeu a legislação referente ao trabalho feminino na Organização Internacional do Trabalho e fundou a União Universitária Feminina.

As questões feministas adquiriram notoriedade em função das críticas e tensões de movimentos sociais, onde a figura de Bertha Lutz se destaca entre outras. Incorporaram, mesmo que tardiamente, a questão da violência numa perspectiva histórica e investigações sobre o imaginário masculino. Desta forma, as concepções teóricas na produção do conhecimento acadêmico mudaram pautadas na discussão da Nova História e pós-modernismo, em uma análise interdisciplinar (FEITOSA, 2005; PEDRO, 2005).

Margareth Mead, em 1940, já separavam o sexo do dado biológico e afirmava que cada sociedade usava a diferença sexual como argumento na constituição de papéis sociais. Por volta da década de 1990, com a publicação da obra *Gênero uma categoria útil de análise*, Joan Scott retomou a diferença entre sexo e gênero:

O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1989, p. 14)

Para Scott (1989), entender o gênero significa perceber que o mesmo é uma construção social e não se define biologicamente a partir do sexo dos seres. É algo que significa as relações de poder entre os indivíduos, delimitando comportamentos exclusivos de masculinos e femininos conforme a classe social, etnia e cultura.

Na década de 1990, Judith Butler, na linha semelhante a Scott, dissolveu a dicotomia sexo x gênero que fornecia às pesquisadoras do gênero possibilidades limitadas de problematização da “natureza biológica” de homens e de mulheres. Para Butler, em nossa sociedade estamos diante de uma ordem compulsória que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais. Claro que Butler, não está preocupada em problematizar o início do século passado, sua teoria traz reflexões que se encaixam melhor na pós-modernidade.

Nesse texto apesar de reconhecer a importância do trabalho da Butler como teórica do gênero, as ideias de Scott e Mead, fazem mais sentido para o tipo de análise proposto na pesquisa e os textos do periódico *Ilustração Brasileira* são mais interessantes, pois remetem condutas, relações de poder e papéis sociais a serem ocupados como determinantes ao espaço tempo da década de 1922.

Como as construções sociais não parecem ser discursos neutros, variam conforme os grupos aos quais as criam e recriam e tem diferentes posicionamentos de femininos e masculinos conforme suas classes. No caso das elites urbanas cariocas, os estudos de gênero são de extrema importância para análise de processos artificiais na construção de certos conceitos supostamente “naturais” aos indivíduos. Para Matos (1998), quando se desagrega o gênero do sexo biológico vinculando-o ao social, pode-

se observar a complexidade do processo histórico, o que implica aceitar as mudanças e descontinuidades históricas.

O diálogo interdisciplinar, também possibilita recuperar outras manifestações culturais da experiência coletiva e individual de homens e mulheres, destacando que o social é historicamente construído.

Como argumento que as diferenças sexuais enquanto construções sociais não estavam localizadas exclusivamente em um ponto fixo, único, busca-se relacionar masculinos e femininos às representações sociais no viés da revista *Ilustração Brasileira*. Ou seja, conforme os projetos de modernidade das elites urbanas cariocas se consolidavam, seus diversos costumes agregados aos papéis de gênero se cristalizavam. Consequentemente, a formação de novas classes sociais refletiu a diversificação de vários padrões de masculinidades e feminilidades, construídos a partir das diferenças étnicas e de nacionalidade.

No caso aqui analisado, as diferenças eram principalmente de caráter socioeconômicas. Muitos desses padrões se refletem nas páginas da revista *Ilustração Brasileira*, numa clara relação de quem produz o texto, ou insere a fotogravura ao público leitor direcionado. Parece haver um discurso repleto de vozes masculinas, que condenava o consumo de álcool, vinculando-o à degeneração nas classes pobres, ao mesmo tempo em que, existia outro, que incentivava o consumo da cerveja às elites cariocas urbanas, forjando o que era ou não aceitável em termos de condutas sociais.

Eram vozes masculinas, presentes ora presentes nas figuras de quem escrevia ou editava a revista, como Medeiros e Albuquerque e Álvaro Moreira, ou mesmo discursos femininos como o da jornalista Sarah Monteiro. Posicionamentos que revelam o interesse da *Ilustração Brasileira* em salientar padrões de femininos e masculinos pertinentes a seu público leitor: as elites cariocas urbanas. Padrões diferenciadores que elucidam os comportamentos necessários aos novos sujeitos modernos na Belle Époque do Rio de Janeiro.

3. Capítulo 2 - A revista *Ilustração Brasileira* no Rio de Janeiro da Belle Époque: urbanização e produção intelectual.

Disse Castro Alves, num trecho das suas mais populares e geniais composições, o Navio Negreiro:

Quando no toco estaleiro.
Da Alemanha o velho obreiro
A ave da imprensa gerou,
O Genovês salta as mares
Busca um ninho entre os palmares
E a pátria da imprensa achou.

Estas são as palavras que abrem o editorial de 1922 da revista *Ilustração Brasileira*, o qual faz um retrospecto de sua história, se apropriando da intenção do poeta. Como a ave de Castro Alves, a imprensa tem azas, sulca os ares, anuncia alvoradas, gorjeia, e, também, grasna e crocita. Segundo a história da revista, como a fênix, foram três vezes que a *Ilustração Brasileira*, ressurgiu disposta a se levantar: o primeiro período de publicação foi de 1909 a 1915, o segundo de 1920 a 1930 e o terceiro de 1935 a 1944.

Na investigação do periódico não se encontrou uma explicação direta sobre essas interrupções, mas algumas hipóteses devem ser consideradas, tais como: pode ter ocorrido em função de algum desarranjo entre o editor chefe e seus escritores; ou mesmo mudança de endereço e relocação do maquinário de impressão, já que a cidade do Rio de Janeiro passou por um remodelamento nesta região, que ganhou status de local das elites. No exemplar nº 1 de 1909 o endereço que aparece na contracapa é R. Moreira Cesar, nº 104, Niterói, Rio de Janeiro, e esse se altera mais para o centro da cidade, chegando a R. Visconde de Itaúna, nº 419 em 1935.

A Coleção revista *Ilustração Brasileira*, é composta de 41 exemplares sob a guarda da Biblioteca do Museu Imperial do Rio de Janeiro e um exemplar de 1922, sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica da USC, de Bauru. Trata-se de um importante acervo documental primário, textual, imagético, cujo conteúdo permite visualizar de que forma a linguagem da imprensa no início do século XX, apresentava ponderações sociais, culturais e tendências ao seu público leitor.

A publicação da revista surgiu num momento em que se colhiam os frutos da segunda Revolução Industrial, com o desenvolvimento de novas técnicas tipográficas, avanços da ilustração e aumento da velocidade de reprodução dos periódicos. Com incremento da República de inspiração positivista, o homem moderno, necessitava cada

vez mais de uma leitura rápida e objetiva, a qual poderia ser encontrada neste tipo de revista.

Fundada em junho de 1909, em concomitância com a ascensão da cervejaria Brahma, pelos intelectuais: Luiz Bartolomeu de Souza e Silva e Antônio Azevedo. Começou a ser publicada no Rio de Janeiro, ao longo da primeira metade do século XX, pela sociedade anônima O Malho, que editava várias publicações. Na investigação, se encontrou poucas informações sobre os donos da revista: ambos pertenciam a famílias abastadas do vale do Paraíba, viajavam constantemente para a Europa e não eram os filhos primogênitos. Desta forma, desobrigados a conduzir os negócios familiares e dotados de capital suficiente, investiram na carreira jornalística, criando periódicos diversos na capital brasileira. Luiz Bartolomeu de Souza e Silva se destaca também como diretor da revista *O Malho*, que circulou de 1902 a 1954 e ficou famosa por suas charges que ironizavam a política nacional. O círculo elitista carioca rendeu-lhe conhecer cartunistas famosos como o francês Crispim do Amaral, parceiro de trabalho que também fixou residência no Rio de Janeiro.

Chefiava a redação Medeiros e Albuquerque, com exímios colaboradores efetivos: Olavo Bilac, Eduardo Salomonde, Paulo Barreto, Euclides da Cunha, D. Julia Lopes de Almeida, Luiz Delfino, Agenor de Roure, Manuel Bomfim, Coelho Neto e outros escritores e jornalistas de renome.

O editor chefe, Medeiros e Albuquerque (José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque) foi pedagogo, jornalista e político, nasceu em Recife, PE, no dia 4 de setembro de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 9 de junho de 1934. Entre 1896 e 1897, compareceu às sessões preliminares de instalação da Academia Brasileira de Letras. Foi o fundador da Cadeira n. 22, que tem como patrono José Bonifácio, o Moço.

Segundo sua biografia da Academia Brasileira de Letras era filho do dr. José Joaquim de Campos Medeiros e Albuquerque¹ e logo na infância teve o letramento ensinado pela mãe para depois cursar o Colégio Pedro II. Em 1880, acompanhou o pai numa viagem para a Europa e por lá ficou para estudar em Lisboa e na Escola Acadêmica até 1884.

¹Medeiros e Albuquerque dirigiu o periódico O Fpigaró além da revista Ilustração Brasileira.

Simultaneamente às atividades de funcionário público, Medeiros exercia as de intelectual jornalista. Em 1897, quando nomeado diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, reformulou o *Pedagogium*, órgão transformado em centro de cultura superior e o primeiro laboratório de Psicologia Experimental do Brasil.

Como Medeiros estava na oposição a Prudente de Moraes, foi forçado a pedir asilo na embaixada do Chile. Demitido do cargo, seguiu aos tribunais defender seus direitos e obteve a reintegração.

Durante o quadriênio militar da República Velha (1912-1916), Medeiros e Albuquerque viveu em Paris. De volta ao Brasil, defendeu a entrada do mesmo na 1ª Guerra Mundial, em campanha que contribuiu para o rompimento de relações do Brasil com a Alemanha. Ocupou a Secretaria Geral da ABL de 1899 a 1917 e é de sua autoria a primeira reforma ortográfica ali promovida em 1902.

Sua biografia também relata que dos mais de trinta ensaios escritos o que mais se destacou foi o livro *Tests*, publicado em 1924, uma compilação de vários testes psicológicos, para julgar a inteligência e aplicação dos alunos.

Como um intelectual ligado as classes mais abastadas do Rio de Janeiro, Medeiros e Albuquerque cita nesta obra a influência do Prof. Piéron, autoridade no assunto da psicologia à educação e critica a pouca literatura em português, disponível sobre o assunto. Ele conhecia apenas uma brochura com 58 páginas, da autoria de Luiza e Antônio Sergio: *Escala de pontos dos níveis mentais das crianças portuguesas* (ALBUQUERQUE, Test, 1937).

Sergio Miceli, em seu livro *Poder, Sexo e Letras na República Velha* (1977), faz uma análise com relação ao papel desses escritores de periódicos e jornais que ele intitula como intelectuais. Para o autor, a vida intelectual brasileira dos primeiros anos do século XX era dominada pela grande imprensa, que constituía o principal meio de produção cultural. Boa parte dos escritores se ajustava aos gêneros que lhes forneciam posições de destaque.

Medeiros e Albuquerque como funcionário público, intelectual e editor chefe da revista, influente nos principais círculos elitistas e políticos do Rio de Janeiro, rendeu a *Ilustração Brasileira* o título de órgão oficial da Comissão de Festejos Nacionais, durante toda a circulação do periódico.

Como produção literária que contribuía no trabalho de dominação do Estado, a revista fazia a cobertura de todas as principais celebrações nacionais de caráter cultural,

que estavam relacionadas a festas, jogos, aberturas de eventos, convenções, feiras e exposições.

A revista *Ilustração Brasileira* era de formato grande 36 x 27 cm, contendo em torno de quarenta a sessenta páginas, com exceção de edições especiais, que costumavam ser mais extensas. O custo da edição avulsa era de 3\$000 (três mil reis) e da assinatura anual 35\$000 (trinta e cinco mil reis). Quando o cruzeiro foi instituído como moeda nacional em outubro de 1942, o preço tornou-se Cr\$5,00 (cinco cruzeiros) para avulsas e Cr\$60,00 (sessenta cruzeiros) para assinatura anual.

Nas edições, o título está grafado com dois “l”: *Ilustração Brasileira*, mas a partir de 1941, em função da nova ortografia brasileira, muda para um “l”. Utilizada pelo governo como órgão oficial da Comissão Organizadora de Festejos Nacionais, cobriu muitos eventos nacionais e dos círculos elitistas da cidade do Rio de Janeiro. Como o próprio nome propunha o ideal da revista era mostrar, ilustrar o que havia de melhor no “high society”.

Outro intelectual que coordenava o periódico era o advogado, escritor, jornalista e co-editor, Álvaro Moreyra (Álvaro Maria da Soledade Pinto da Fonseca Velinho Rodrigues Moreira da Silva). Nascido em Porto Alegre, RS, em 23 de novembro de 1888, de família aristocrática, faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de setembro de 1964. Veio para a capital em 1910, onde concluiu o curso de Direito, formando-se advogado. Rapidamente ingressou aos círculos elitistas urbanos por ser de família aristocrática, tornando-se amigo de Felipe d' Oliveira, Araújo Jorge e do editor chefe Medeiros e Albuquerque. Entre 1912 e 1914, Moreyra esteve em Paris e viajou também à Itália, à Bélgica e à Inglaterra. Além de coordenar a *Ilustração Brasileira* escrevia para os periódicos *Fon-Fon*, *Bahia Ilustrada*, *A Hora*, *Boa Nova*, *Diretrizes* e *Para Todos*.

Sua biografia da Academia Brasileira de Letras conta que Moreyra casou-se com Eugênia Álvaro, uma jornalista também de família aristocrática, mas de Minas Gerais, que viera para o Rio de Janeiro e frequentava os mesmos círculos intelectuais e boêmios que ele. O casamento fez com que Eugênia assumisse sua representação social de esposa, deixando a carreira de jornalista para se dedicar a família. Tiveram oito filhos, dos quais quatro sobreviveram à infância. Dada a ligação de Eugênia com figuras como Pagú e Oswald de Andrade, Álvaro Moreyra participou da Semana da

Arte Moderna de 1922, em São Paulo, publicando poesias e crônicas em apoio ao movimento.

O movimento modernista de 1922 constituiu uma ruptura política no campo intelectual, com a crise da hegemonia oligárquica. Miceli (1977) cita que sua compreensão exige a reflexão de que existia um “estado-maior” da burguesia paulista, ligado as cisões dentro dela própria. O alcance político do movimento modernista introduziu e impôs novas formas de criação como padrões dominantes.

Outro fato interessante da história deste intelectual inserido em círculo boêmios elitistas é que ele era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua esposa integrava o grupo de fundadoras da União Feminina do Brasil, uma organização promovida por mulheres simpatizantes do PCB. Álvaro Moreyra, posteriormente em 1959, foi o quarto membro da cadeira 21 na Academia Brasileira de Letras.

Está correlata a observação de Sergio Miceli (1977), quando analisa que as pessoas letradas em 1922, por exemplo, eram de modo geral originárias de famílias oligárquicas e cuja situação material estava em declínio na República Velha. Porém analisando a história de vida dos principais coordenadores da *Ilustração Brasileira*, Álvaro Moreyra (co-editor) e Medeiros e Albuquerque (editor chefe), as posições como intelectuais engajados nos círculos elitistas parecem ter como consequência suas relações de compadrio, sem ocorrência de falência familiar ou morte do pai (chefe da família). Vão fazer valer o que o autor considera como “capital social disponível”, isto é, o sucesso da revista *Ilustração Brasileira*, pode estar relacionado aos acordos sociais disponíveis pela condição elitista de seus principais colaboradores, o editor chefe e o coeditor.

Miceli (1977) compara em sua análise de biografias de intelectuais, que a carreira literária era socialmente definida como feminina, ocupava uma “posição de dominada”, como algo intermediário entre a carreira militar, mais próxima do polo masculino dominante, onde a farda representava a força e o segmento eclesiástico era considerado o mais feminino das carreiras masculinas na medida em que o autor considera as ausências de virilidade nas profissões da República Velha (poder econômico, sexual).

Porém, no caso do ano em questão 1922, a profissão de jornalista, como intelectual engajado socialmente, vai além dessa análise em função da própria conjuntura inebriante dos tempos modernos. Ser um intelectual e estar engajado em publicações na capital brasileira, não constituía uma experiência de mutilação social. Pelo contrário, conferia status positivo e poderia caracterizar muitas relações de compadrio tanto para Álvaro Moreyra como Medeiros e Albuquerque.

Nesse sentido, o êxito e a consagração da maioria das produções literárias e não literárias na Belle Époque, não foram concedidas às obras raras de um escritor individual, mas sim aos grupos de produtores associados em empreendimentos como a revista *Ilustração Brasileira*. Isto propõe a formação de uma imprensa que elegeu nova hierarquia de “escritores tops”, grandes cronistas, como o próprio Medeiros e Albuquerque. Esses intelectuais tomariam o lugar dos grandes críticos literários da geração anterior e assumiriam o encargo de selecionar e consagrar os novos pretendentes.

As matérias publicadas na *Ilustração Brasileira* faziam referência à literatura, vida e obra desses grandes intelectuais do período; à arte e a ciência, com exposições, peças de teatro e invenções; à vida social carioca com matrimônios, locais de lazer, esporte, saúde e beleza; à moda, sempre vinculada aos últimos lançamentos parisienses, além de oferecer outras opções nas seções de jogos, charadas e caricaturas. A publicação contemplava, ainda, publicidades diversas, que variavam em propagandas de armazéns, anúncios de bebidas alcoólicas, cigarros e venda de apólices. Seus redatores ajustaram-se aos gêneros que vinham importados da imprensa francesa e norte-americana, como os presentes na concorrente revista *Eu Sei Tudo* (1922), tal como, a reportagem, a entrevista, o inquérito literário, a crônica e a poesia.

Seu formato imponente, impressão acurada, papel seletto e elaboração caprichosa a tornaram o órgão preferido para as magnas comemorações promovidas pelo *Instituto Histórico Brasileiro*: festas em geral, exposição do centenário da independência brasileira (1922), demodo a conquistar a influência entre “as mentalidades de genuína elegância mental e moral”.

Desta forma, o leitor da *Ilustração Brasileira*, poderia ser considerado inteligente, moralmente positivo e a par das últimas novidades conferidas ao estilo e elegância, dado o declínio dos folhetins e sua substituição pelas reportagens. Vários

volumes enfatizavam a necessidade do uso de imagens e fotogravura, como recursos considerados modernos:

No seu artigo inicial, Medeiros e Albuquerque, na fôrma engenhosa, lucilante, seduetora que o peculiarizava, (e recordando esse artigo, rendemos preito de admiração ao saudoso poligrafo) profligou a inutilidade dos programas, de ordinário tão presunçosos quão falazes, e acentuou a superioridade comunicativa daquilo que os olhos vêem sobre o que os ouvidos escutam, atravez da palavra. Dai o valor das ilustrações, sobretudo das de fotogravura, de par com os recursos dos artistas do lápis, encarecedores das produções literarias, e que sabem revestir de atraente beleza as cousas mais triviais. (ALBUQUERQUE e MEDEIROS, Revista Ilustração Brasileira, 1922, p. 7. Grafia original com o texto do período)

Além de valorizar o uso das fotogravuras, o editor chefe Medeiros e Albuquerque, citou também que o interesse da revista era se equiparar com os periódicos mais conceituados da Europa e dos Estados Unidos, países considerados exemplos de modernidade. Com o propósito de cultivar e desenvolver o “bom gosto”, suas matérias popularizavam a produção científica, as noções de ordem, cobriam solenidades, cerimônias, catástrofes, combates, traços de individualidades da moda, monumentos e antiguidades.

Mesmo fazendo parte da Comissão de Festejos da União, pela influência social de Medeiros, a revista parece que não compactuou com grupos e partidos políticos e se colocou alheia as suas lutas, preocupando-se em cobrir as cerimônias oficiais num viés mais cultural:

Não, porém, no respeitante ao total afastamento da politica. Repelirá, essa revista na expressão de Ruy Barbosa, a politicalha competição de ambiciosos incompetentes, intrigalhada eleitoral, propugnação de interesses meramente privados. Contribuirá, entretanto, na esfera das suas possibilidades, para a politica conducente á grandeza, felicidade e gloria nacionais. (ALBUQUERQUE e MEDEIROS, Revista Ilustração Brasileira, 1935, p. 7. Grafia original com o texto do período)

A partir de 1917, até o término de sua circulação a revista Ilustração Brasileira, possuiu uma concorrente direta, que também se focava na alta classe carioca como público alvo: O magazine mensal ilustrado, científico, artístico e literário: Eu Sei Tudo. Produzido também na cidade do Rio de Janeiro, pela Companhia Editora Americana, a partir de 1917 até 1958, tinha periodicidade mensal. Esta revista vendia-se

primeiramente como um magazine científico, com reforço e apoio à aura gozada pela ciência médica. Era de formato pequeno e possuía até cem páginas cada edição.

O custo da edição avulsa era de 2\$200 (dois mil e duzentos reis) e da assinatura anual 30\$000 (trinta mil reis). Trazia muitos artigos mostrando a mudança física das cidades com alterações dos espaços públicos, além de também enfatizar acontecimentos nos Estados Unidos e na Europa.

Como concorrentes ambas pareciam se remeter a um público mais elitista do Rio de Janeiro, pelo tipo de matérias e sugestões de novos comportamentos considerados elegantes aos mais abastados. Começando com os intelectuais que as produziam, membros de uma elite urbana vinculada ao jornalismo. Não se identificou colaboração de escritores fora desta esfera, na produção de matérias que não se focassem nos interesses dos círculos mais abastados cariocas e pouco se falou das classes pobres e outros seguimentos sociais, desvinculados do status em novos hábitos almejados na consolidação da modernidade.

Segundo Miceli (1977), o período de 1920 foi propício para a profissionalização do trabalho desses intelectuais, por isso existiam tantos periódicos concorrendo por leitores, visto que, a produção em almanaques e revistas mensais contribuía para o trabalho de dominação social.

Como a própria *Ilustração Brasileira* salientou na edição comemorativa de 1922 e posteriormente em outras como a de maio de 1935, “*procure o povo dessedentar-se na Ilustração Brasileira, de cujas estampas e colunas jorrará água viva, substancia clara, limpa, saborosa, nutriente*”. Esta afirmação no viés da revista vinha no sentido de enaltecer a necessidade básica do homem moderno por informação de qualidade. Porém o “povo” ao qual se refere, não era a população como um todo, mas se tratava de classes muito específicas: as elites cariocas urbanas.

A revista parece modelar seus próprios conceitos sociais como diferenciadores de um novo tempo, dinâmico e repleto de mudanças: a Belle Époque, período de transformação que, segundo os historiadores Sevcenko/a (2010) e Hobsbawnm (2009), compreendeu a virada do século XIX, por volta de 1890 aos primeiros anos do século XX, até meados de 1920.

No Brasil, a principal mudança política e econômica, foi o término da monarquia e instauração da República Velha. Desta forma, ao ritmo da locomotiva, com aval médico e do Estado, o espaço físico modificou-se da mesma maneira que os padrões de controle e disciplinarização da vida urbana. A palavra de ordem nas primeiras décadas do século XX era a reurbanização do Rio de Janeiro aos moldes de Paris (HOBSBAWNM, 2009).

As antigas vilas do Brasil Colônia, além de necessitarem de um novo material de fácil leitura como as revistas mensais, receberam grande concentração de gente em função da monetarização trabalhista, processo que já estava em curso desde o século XIX. O trabalho assalariado engendrou mecanismos de controle para garantir sua funcionalidade ao novo patamar do Rio de Janeiro. Foram fundadas revistas como a *Ilustração Brasileira*, que contratava intelectuais, escritores, desenhistas, cronistas e anunciantes dispostos a contribuir com textos e imagens que expressassem a necessidade de representatividade do ideal de modernidade.

A industrialização e o capitalismo trouxeram mudanças consideráveis nas cidades brasileiras, principalmente no Sudeste. A modernização, unida à grande migração urbana, deu início a um novo tipo de município, radicalmente diferente da antiga vila brasileira. Em 1890, as cidades já tinham chaminés de fábricas e mais circulação de mercadorias. O Rio de Janeiro reunia a segunda maior concentração de operários em 1922, perdendo apenas para São Paulo (CUNHA, 1986; RAGO, 2009).

Segundo Alvim (1998), a configuração do espaço urbano foi o palco das novas relações sociais: primeiro, de produção, em que o assalariamento substituiu a escravidão com base no falso princípio da igualdade entre os indivíduos; segundo, de gênero com desigualdade social e criação de espaços diferentes para classes desiguais. Dado também que influencia na produção dos periódicos e na profissionalização da figura do intelectual como produtor de conhecimento.

Quando Álvaro Moreyra e Medeiros e Albuquerque mudam-se para o Rio de Janeiro, nota-se que o avanço do ideal de modernidade, representado na figura da urbanização, não veio acompanhado de um planejamento público de uso e ocupação do solo, articulado com o sistema de transporte e saneamento nas principais cidades brasileiras. Há matérias na *Ilustração Brasileira* (1922) que exprimem a ocupação

irregular, com moradias inadequadas, onde as condições de higiene eram precárias, facilitando a proliferação de epidemias.

O crescimento desordenado podia ser notado na capital brasileira desde o início do século XX, quando em 1902, o então presidente da república Rodrigues Alves propôs a reforma e modernização do porto do Rio de Janeiro, isto foi o ponto de partida para uma reurbanização em massa. O então prefeito Pereira Passos, em parceria com o governo federal, e apoiado pelos intelectuais elitistas da capital, no final de dezembro de 1902, passou a remodelar a estrutura física da cidade, com a demolição de prédios, abertura de avenidas, prolongamento de ruas, reforma do calçamento, arborização e ajardinamento de praças.

O historiador José Murilo de Carvalho, em seu livro *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi* (1987), faz uma análise completa do processo de reurbanização dos grandes centros como o Rio de Janeiro, e cita que paralelamente em São Paulo, os recursos gerados pela economia cafeeira permitiram a reurbanização da cidade, que se dividiu em bairros nobres, na parte alta, enquanto a margem dos rios foi ocupada por bairros de operários e fábricas.

Segundo Apolinário (2014), analisando os censos populacionais do início do século XX, no Rio de Janeiro entre 1890 a 1920 a população mais que dobrou. No subúrbio em 1890 viviam cerca de 92.906 pessoas, em 1920 esse número passou para 356.776 pessoas, visto que, na região do centro da cidade em 1890 habitavam 124.183 indivíduos, número que foi reduzido em função das reformas urbanas para 99.193 indivíduos.

Antes das reformas, a região do centro era área com melhor oferta de empregos, as fábricas, o porto e o comércio foram o destino preferencial das populações rurais e estrangeiras que ali chegavam. Segundo Alvim (1998) com a substituição dos antigos cortiços por novas moradias e a abertura de avenidas modernas, o preço dos terrenos e dos aluguéis no centro subiu o que “expulsou” a população mais pobre para os morros ou para o distante subúrbio. Apolinário (2014) e Alvim (1998) citam que as reformas também alteraram o perfil social do centro. Além do custo de vida, leis passaram a multar atividades que até então, caracterizavam o dia a dia daquela região: venda de galinhas, miúdos, vassouras e vendedores ambulantes de todos os tipos.

Costumes e formas de lazer popular como os fogos de artifício e balões foram criminalizados, tal como a capoeira.

Analizando as transformações ocorridas na capital brasileira, Carvalho (1987) afirma:

A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota-abixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou de subir os morros adjacentes, ou de deslocar-se para (...) os subúrbios (...). Abriu-se espaço para o mundo elegante (...) No Rio reformulado circulava o mundo belle-époque fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. (CARVALHO, 1987, p. 40-41)

Assim como Carvalho (1987), o historiador Sevcenko/b (2010), analisa que em 1911, com a reforma do centro e destruição dos casarões que serviam de cortiços, várias famílias pobres tiveram a relocação aos morros, em comunidades chamadas de favelas. Os cortiços também foram considerados pela medicina higienista, locais sujos e inapropriados para a convivência.

Em 1904, a cidade foi assolada por uma epidemia de varíola. O então ministro da saúde Oswaldo Cruz reiterou um projeto de lei que obrigava a vacinação, já instituída em 1837, mas que nunca tinha sido cumprida. Assim como o remodelamento urbano, o projeto gerou intensa insatisfação popular, o que remeteu ao uso do exército na campanha de vacinação. Aos padrões da medicina higienista, a cidade foi dividida em distritos e com o auxílio de uma polícia sanitária e todas as ameaças do novo Rio de Janeiro deveriam ser esconjuradas: os ratos, as baratas e os doentes.

O motim popular, que explodiu em 11 de novembro de 1904, ficou conhecido como a Revolta da Vacina. Durante uma semana carroças e bondes foram incendiados, lojas saqueadas, postes de iluminação destruídos e apedrejados. Em resposta os militares dispararam contra a multidão. Segundo Thielen (1994) o saldo negativo foi de 23 mortos e 67 feridos, tendo sido presas 945 pessoas, das quais 461 foram deportadas para o Acre e submetidas a trabalhos forçados.

José Murilo de Carvalho, no capítulo *Cidadãos ativos: a revolta da vacina*, de seu livro *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi* (1987) cita que Rodrigues Alves, prefeito da cidade, tinha o objetivo de transformá-la em uma nova Paris e as obras no centro estavam incomodando a população pobre, principalmente

quando suas residências tinham que ser demolidas. A obrigatoriedade da vacina para varíola foi o principal motivo de movimentação popular. O autor destaca também a participação da imprensa no papel de divulgação em campanha contra a vacina, para tentar convencer as pessoas do mal que lhes causava a aplicação da mesma.

Na revista *Ilustração Brasileira*, edição comemorativa do centenário da independência (1922), mesmo que posterior ao caso da revolta parece existir um consenso na opinião do editor chefe Medeiros e Albuquerque (membro elitista) com a posição tomada pelo Estado, no ponto de vista do prefeito Rodrigues Alves e do chefe de polícia Cardoso de Castro, de que os revoltosos como pessoas desordeiras e perigosas, deveriam ser presos ao bem da moralidade pública.

Porém Murilo de Carvalho (1987), ressalta que os envolvidos tinham consciência do que faziam, havia fusão ideológica de valores populares com burgueses e a revolta seria apenas um pretexto para ação contra o Estado. O autor cita ainda que a imposição da obrigatoriedade da vacina foi de encontro ao que propunha o regime republicano: a população não podia escolher nada. Para ele, a revolta da vacina teve grande participação popular, o que caracterizava que “o povo não estava bestializado”, lutou para defender sua moral, exercendo assim cidadania e conquistando o direito de escolha.

A cidade como campo higienizado, física e moralmente, com o aval do saber médico, produziu uma gama de novas identidades de gênero, nas mais variadas esferas sociais. Coube aos intelectuais à difusão desses padrões indenitários, por meio da produção em periódicos que propunham novos comportamentos sociais a serem adotados.

Não é por acaso que o posicionamento na *Ilustração Brasileira*, menospreza a ação dos grupos populares na revolta da vacina, ainda que indique consequência do processo de modernização excludente no centro da cidade do Rio de Janeiro. Pois para as elites cariocas esse processo “expulsou” aqueles que não eram considerados merecedores da cidade como campo higienizado e moderno.

Segundo o antropólogo Clifford Geertz (1989), os padrões culturais têm um aspecto duplo, eles são intrínsecos e dão significado à realidade social e psicológica e modelam-se em conformidade a ela, e ao mesmo tempo a si mesmos. Para Geertz, a

percepção das mudanças sociais entre um conjunto de processos, atividades, relações, entidades e assim por diante, atua como um programa, de forma que essa nova programação possa ser tomada como representação de um símbolo. Era este o caso na sociedade do Rio de Janeiro no contexto de início do século XX, os indivíduos que se diziam pertencentes às elites urbanas, utilizavam certo conjunto de disposições, tendências, capacidades, habilidades e inclinações, que refletiam em suas ações para com os demais.

Para se consolidar como grupos urbanos elitistas cariocas, foram criados ou mesmo adquiridos, uma série de símbolos que serviram como elementos de diferenciação social. Existem alguns exemplos na revista *Ilustração Brasileira*, cita-se desde a roupa da moda a “lá francesa”, hábitos considerados modernos não difundidos entre os mais pobres, como o uso do cigarro industrializado e o consumo da cerveja, em detrimento ao da cachaça e do cigarro de palha.

O periódico possuiu um público leitor direcionado à matérias que remetiam o glamour e status das remodelações urbanas assim como intelectuais dispostos a produzir o que havia de última moda em 1922. Este público era o que circulava nas avenidas recém-inauguradas, como indivíduos das elites cariocas, enquanto aos populares o acesso ao centro repaginado, poderia se tornar fator de discriminação social. O centro da cidade se reinventou “*para o destile de novos indivíduos modernos, vestidos elegantemente com seus trajes a “lá francesa”*” (SEVCENKO/a, 2010, p. 27).

Na revista *Ilustração Brasileira*, edição de novembro de 1922, há menção da inauguração da Avenida Rio Branco, uma das principais ruas no centro do Rio de Janeiro. Foram colocadas fachadas em *art nouveau*, com moderna iluminação elétrica, nos padrões da *Champs-Élysées*. A necessidade de se remodelar o centro da capital surgiu em função dos parâmetros gestados no XIX e que a virada do século consolidou como determinantes de progresso e inovação.

Uma das características da modernidade é de que pequenos grupos estão no controle social por possuírem elementos como a capacidade, lábia, manipulação, organização e objetividade. Essa identidade de sujeito moderno que as elites urbanas se “vestiram” na Belle Époque, refletiu o processo de formação do que Norbert Elias/a (1994) colocou como homem civilizado.

Mas o conceito de elite vai além, as elites se constituíram em objeto de reflexão sociológica, construindo-se em torno delas uma teoria que se impôs como instrumento privilegiado de análise social.

Segundo Mario Grynspan, em seu livro *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites* (1995), na virada do século XIX para o XX, foi criada a teoria do Elitismo, que se afirmou como crítica às ideias democráticas e socialistas difundidas naquele momento. Grynspan (1995) cita o pensador político italiano, Gaetano Mosca (1858-1941), e sua obra *Elementi di Scienza Política* (1896), como precursor do Elitismo. Salienta que em toda sociedade, seja ela arcaica, antiga ou moderna, sempre existiu uma minoria detentora do poder que “controla” a maioria das pessoas. Segundo o autor esse grupo restrito de indivíduos detém o controle político da sociedade a qual pertence e pode ser denominado de elite ou classe dirigente.

Outro autor importante segundo Grynspan (1995) é o sociólogo e economista Vilfredo Pareto (1848-1923), autor de duas importantes obras: *Manual de Economia Política* (1906) e *Tratado de Sociologia Geral* (1916). No *Tratado de Sociologia Geral* (1916). Segundo o autor, Pareto tinha preocupação com a interação social entre as classes sociais elitistas, cujas mais importantes são: as elites políticas e econômicas. As desigualdades sociais fazem parte da ordem natural das coisas e contribuem para o surgimento e o combate da dominação social dessas elites.

O terceiro teórico do Elitismo que Grynspan (1995) referencia é outro sociólogo, o alemão Robert Michels (1876-1936) e sua obra *Partidos Políticos: um Estudo Sociológico das Tendências Oligárquicas da Democracia Contemporânea* (1912), onde o autor evidencia que mesmo nas organizações partidárias existe a tendência à elitização, ou seja, concentração de poder num grupo restrito de pessoas, o que ele coloca como “lei de ferro das oligarquias”, isto é, a elitização ocorre até no interior dos partidos políticos de massa, mesmo que defendam objetivos igualitários e democráticos.

De acordo com o Elitismo as sociedades estão divididas em dois grupos: os governantes e os governados. O primeiro grupo é menos numeroso, monopoliza o poder e impõe sua vontade valendo-se de métodos legítimos, arbitrários ou violentos ao restante da sociedade. A revista *Ilustração Brasileira*, vem de encontro com ideais das elites já que produzida por intelectuais que fazem parte de famílias inseridas nesses

círculos urbanos restritos, como seus fundadores os jornalistas Luiz Bartolomeu de Souza e Silva e Antônio Azevedo e seus colaboradores Medeiros e Albuquerque e Álvaro Moreyra.

O Elitismo está vinculado à noção de representação social. Segundo Chartier (2002), ela permite articular três modalidades na relação com o mundo: primeiro o trabalho de classificação e delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é constituída pelos diferentes grupos. Segundo as práticas que visam reconhecer uma identidade social, na exibição de uma maneira própria de se estar no mundo, significar simbolicamente uma posição. Terceiro as formas institucionalizadas e objetivadas, as quais pessoas ilustres marcam a existência do grupo na comunidade. Isto é, no caso deste estudo o pensar, reconhecer e reproduzir os comportamentos característicos das elites cariocas, dessa forma, cada ação individual depende de uma série de outras que modificam o “jogo social”. Em seu conceito de chave de leitura, o autor cita que há uma permanente interrogação sobre a possibilidade de ir do discurso ao fato, por isso é necessário se considerar as representações sociais enquanto portadoras de diferentes sentidos.

Para Chartier (2002) as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Assim, as percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros. Por exemplo, no viés da revista *Ilustração Brasileira*, parece haver uma clara construção social elitista na divisão de papéis por gênero, lugares a serem frequentados, produtos a serem consumidos, como a sugestão para consumo da cerveja Brahma Shop clara aos homens e da cerveja escura Malzibier às mulheres, ou mesmo a recomendação que senhoras saíssem de casa sempre acompanhadas, dado sua condição de delicadeza e recato ao lar.

As sociedades do Antigo Regime, segundo Chartier (2002), souberam explorar conjuntos simbólicos, com intuito de forjarem um poder real. Os símbolos usados pelos magistrados para criar essa representação foram vestes vermelhas, flores de lis e a construção de palácios. Da mesma forma, na cidade do Rio de Janeiro do início do século XX, houve a necessidade da apropriação de novos símbolos que representassem os ideais das elites cariocas: uma cidade dinâmica, livre da sujeira, higiênica e moderna.

O processo de remodelamento do centro para a cidade como campo higienizado, também foi um diferenciador social produtor desses símbolos elitistas.

Após a demolição dos cortiços, pavimentaram-se as ruas principais, colocou-se iluminação pública com os fios elétricos escondidos embaixo das calçadas reformadas com pedras bicolores, ora inteiras brancas, ora formando desenhos em preto e branco. Árvores ornamentais foram colocadas nas calçadas e chafarizes no estilo europeu construídos em muitas praças. A *Ilustração Brasileira* mostrou essas alterações nos bairros centrais do Rio de Janeiro, tal como sua concorrente a revista *Eu Sei Tudo*.



Largo da Mãe do Bispo, cidade do Rio de Janeiro em 1922, em revista *Eu sei tudo*, ano VI, nº 6, Rio de Janeiro, nov. 1922, p. 65.

Assim como o espaço físico da cidade se alterou, como se nota na foto de época, vários movimentos sociais fomentaram novas idéias que somaram considerações interessantes sobre a modernidade nos anos vinte. Destacou-se a criação do Partido Comunista, a semana da Arte Moderna em São Paulo e a Exposição do Centenário da Independência no Rio de Janeiro.

Para mostrar ao exterior (principalmente Paris) que a capital do Brasil estava se consolidando como espaço limpo, higiênico e belo, foi construída a Exposição Internacional do Centenário da Independência, oficialmente aberta em 7 de setembro de 1922, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, e o seu encerramento se deu na primeira semana de julho de 1923. Essa exposição teve cobertura exclusiva da revista *Ilustração Brasileira*.

Como precursor de novas representações sociais elitistas cariocas, o evento ocupou uma extensa área na cidade do Rio de Janeiro e foi decorrente de aterramentos e intervenções diversas. Começava na Avenida das Nações e se estendia do antigo Palácio

Monroe até a Ponta do Calabouço, locais com intenso fluxo de pessoas. Dos vários pavilhões ali construídos o Palácio das Indústrias abriga hoje o Museu Histórico Nacional.

A revista *Ilustração Brasileira*, como órgão oficial da Comissão de Festejos Nacionais, tratou da cobertura completa ao evento. Segundo Medeiros e Albuquerque, na edição comemorativa de novembro de 1922, quaisquer figuras e fatos da exposição foram elucidados e impelidos ao que ele considerou como “o suave bom caminho” numa elaboração impecável de fotos, poemas, entrevistas e textos positivos a este grande feito.

Cada pavilhão representava uma categoria, como um símbolo arquitetônico da modernidade. Havia o prédio das festas, dos restaurantes, da música, da tecelagem e fiação, da agricultura, da viação, da administração, da estatística e da ciência médica. Vários eram destinados à representação de países do exterior, como o prédio dos Estados Unidos, da Tchecoslováquia, do México e da França. Também na edição comemorativa de novembro de 1922, a *Ilustração Brasileira* traz a informação de que quando na inauguração do evento, foi escolhida para cada um desses blocos uma senhora da elite carioca que ocupava o cargo de embaixatriz até o término do evento, quando em 1923.

A maioria das construções não existe mais, foram demolidas em função de remodelamentos posteriores do centro, o que se sabe a respeito da arquitetura dos pavilhões está no registro fotográfico, no editorial comemorativo da Exposição do Centenário de 1922 e a opção por aquele determinado tipo de arquitetura era considerada para os parâmetros da época, “ultramoderna”.

Ainda no centro do Rio de Janeiro pode-se hoje se encontrar algumas construções tombadas pelo patrimônio histórico neste estilo, como o Museu Nacional ou a Confeitaria Colombo. No interior do Estado de São Paulo, cidades como Bauru e Jaú, também possuem algumas construções preservadas deste tipo, em seus centros históricos.

A *Ilustração Brasileira* divulgou fotografias dos pavilhões que parecem representar vários signos de modernidade quando na inauguração da Exposição do Centenário. A arquitetura utilizada nos pavilhões era em estilo eclético, predominante

na Belle Époque, com muitas referências a pilares romanos, balaustradas, fachadas com muitos baixos relevos e escadarias bem decoradas.



Pavilhão da Música, na Exposição do centenário de 1922, em *Ilustração Brasileira*, ano III, n 27, Rio de Janeiro, 15 nov. 1922.



Pavilhão da Tchecoslováquia, na Exposição do centenário de 1922, em *Ilustração Brasileira*, ano III, n 27, Rio de Janeiro, 15 nov. 1922.

Observa-se que nos prédios do pavilhão da Música e da Tchecoslováquia, existiram predileções às construções ecléticas e estas características arquitetônicas parecem proporcionar novas tipologias para a época. Segundo Filho (1987), nas primeiras décadas do século XX, o ecletismo teve o seu auge com o aumento das grandes construções neste estilo pelo país, estendendo sua área de influência desde as elites em seus palacetes, até as camadas mais baixas da população, que também começam a erguer suas residências em um estilo eclético simplificado, dentro de seus recursos. As residências eram liberadas em relação aos limites do lote.

Como pode ser analisado nas fotografias da revista, este esquema consistia em recuar os limites laterais, conservando-os frequentemente sobre o alinhamento da via

pública, utilizando-se de fachadas enfeitadas com baixos relevos, colunas e janelas em arcos romanos ou ogivais.

No estilo eclético, os portões eram feitos de ferro, necessariamente com a presença do porão nas casas. As construções eram retilíneas e possuíam balaustradas e ornamentos salientes em forma de desenhos rebuscados, presentes na parte superior das portas e janelas. O uso de cores fortes foi presente, uma influência da proposta contemporânea do *art décor*, que por vez ganhava inspiração no uso de cores mais agressivas em movimento da pintura moderna. Os gradis de ferro são presença quase obrigatória nos prédios da época (FILHO, 1987).

Esse progresso, que foi se intensificando na Belle Époque, além de moldar o campo físico, palpável da cidade, desenvolveu um novo tipo de sociedade no Rio de Janeiro, repleta de classes contrastantes, de pobres moradores nas favelas que margeavam o centro, aos comerciantes da classe média emergente e as novas elites urbanas, que não mediram esforços em desconstruir a complexa realidade social brasileira herdada pelos longos séculos de colonialismo e escravidão: status quo positivo às elites rurais em contrapartida às urbanas.

Novos padrões de conduta moral e cultural foram empregados e muitas vezes os pobres, serviram como alvos de campanhas violentas por parte da saúde pública, que buscava a higienização dos corpos, da mesma forma como o remodelamento urbano e a *art décor* higienizou os espaços físicos.

Além de símbolos, a modernidade gerou novos conceitos de identidade, que na ótica sociológica de Start Hall (2001), preenchem o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo que o autor classifica como pessoal (particular) e o mundo público, entre o “homem corpo” e o “homem espécie”.

Segundo Hall (2001) o fato de que o indivíduo projeta em si próprio essas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internaliza seus significados e valores, contribui para alinhar sentimentos subjetivos com os lugares objetivos ocupados no mundo social e cultural. A identidade, então segundo Hall, “sutura” o sujeito à estrutura, “*estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis*” (HALL, 2001, p. 2).

A análise de editoriais da revista *Ilustração Brasileira*, parece suscitar a existência de um ideal de sujeito moderno estabelecido por essas elites cariocas. Em várias edições encontraram-se matérias e produtos anunciados com apelos aos usos e costumes pelas mesmas. Quando analisados parecem transmitir sugestões específicas do que se considerava ser um sujeito moderno, além de conjecturar possíveis lugares de pertencimento e uso de substâncias que estavam na moda em um círculo social restrito do Rio de Janeiro, num momento em que o saber médico e o jurídico condenavam e perseguiram determinados comportamentos sociais.

A produção intelectual da revista também reflete uma nuance social elitista, onde determinados indivíduos (como Álvaro Moreyra e Meideiros e Albuquerque) se expressavam pelo bem da sociabilidade de seu próprio círculo. Segundo o sociólogo Norbert Elias/a (1994), na civilidade, a maioria das pessoas não se conhece, porém existe uma ordem oculta, que não é perceptível pelos sentidos, porque “cada pessoa nesse turbilhão faz parte de determinado lugar”. As sugestões de modos de agir e de consumir, para estas elites urbanas leitoras da revista, parecem se tornar os elementos diferenciadores que a classificam como “high society” em detrimento à hábitos que apenas populares levariam em consideração.

Porém a cristalização de representações sociais elitistas e padrões humanitários dinâmicos influenciados por intelectuais ocorrem desde muito antes do capitalismo como sistema político. Partem da produção literária da Idade Moderna e influenciam a formação dos Estados Nacionais. Lógico que em um tempo anterior à Belle Époque as sugestões de modos de agir elitistas foram outras, pois se faziam necessárias a um novo padrão de nobreza que se constituía como diferenciador social.

A revista *Ilustração Brasileira*, pode ser comparada a produção literária europeia de periódicos e manuais de boas maneiras que ganharam destaque depois da Revolução Francesa. O número de periódicos voltados a referendar hábitos positivos para as elites urbanas europeias, ora era produzido por intelectuais oriundos dessas mesmas elites, ora por burgueses necessitados de ascensão social, que se utilizaram do mercado impresso para difundir suas obras, como material especializado na produção de bens simbólicos.

4. Capítulo 3 - O processo civilizador carioca e o álcool como degenerescência dos pobres, sociabilidade e elites.

Além da revista *Ilustração Brasileira*, existiram vários trabalhos relacionados aos manuais de boas maneiras produzidos decorrer desses últimos duzentos anos. Essas obras surgiram em função do desenvolvimento das ciências naturais, da anatomia, dos novos ideais políticos e sociais, regidos por um poder disciplinar inventado no momento em que a vida então se tornou um problema político (FOULCAULT, 1999, p. 131).

Como projeto de um empreendimento civilizatório burguês, os manuais de boas maneiras foram produzidos em sua maior parte na Europa. Norbert Elias/b (1994) cita em sua análise das obras de Giovanni Della Casa e Erasmo de Roterdã, que esse tipo de literatura servia para exemplificar comportamentos que as elites burguesas deveriam ter para ser consideradas parte integrante da alta classe na consolidação da Idade Moderna.

No conceito do sociólogo alemão Norbert Elias/b (1897-1990), a identidade do sujeito moderno se formou a partir da construção dos países como territórios unos e delimitados. Em sua obra *O Processo Civilizador* (1994), o autor analisa a formação do Estado e apresenta o processo de formação do “homem civilizado” e seus aspectos relacionados à educação e a boa convivência em sociedade. Traçou os acontecimentos históricos do *habitus* europeu, conceito substância, sentimento e razão, uma espécie de estrutura psíquica de cada indivíduo que precisava ser moldada pelas atitudes sociais.

No estudo dos manuais de boas maneiras, de Giovanni Della Casa e Erasmo de Roterdã, Elias deixa evidente que os princípios sociais aos quais fazem alusão os textos, foram trejeitos de uma nobreza aristocrática alemã, traduzidos para apropriação da elite burguesa ascendente no início da Idade Moderna. Numa relação de similitude pode-se considerar que da mesma forma que costumes considerados refinados a serem seguidos pela elite alemã do século XVI, os costumes salientados na revista *Ilustração Brasileira*, também remetiam status quo e diferenciação social para as elites cariocas dos anos 1920, considerando-se cada qual com suas particularidades remetidas a seus tempos históricos específicos.

A necessidade de reconhecimento social como conceito de civilidade na criação de novas construções de identidades de gênero elitistas surgiu a partir do século

XVIII e os manuais de boas maneiras ajudaram nesse processo de diferenciação. Segundo Elias (1994) para o então burguês alemão parecer com o nobre da classe alta, não devia: tossir, escarrar, arrotar, expelir gases, espirrar, falar alto, sair brigando com qualquer um aos socos. Deveria vestir-se adequadamente, comer à mesa, manter-se limpo e colocar o máximo de palavras em francês numa conversa, pois era considerada uma língua elegante e estava em moda.

O processo civilizador, para Elias (1994), constitui uma mudança em longo prazo, na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica que culmina em comportamentos próprios da elite burguesa alemã. No entanto, reconhece que pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, ela se efetivava gradualmente por meio de medidas conscientes e racionais ao longo de todo século XIX. Chama atenção que na Belle Époque a própria revista *Ilustração Brasileira*, reforçava que todas essas dicas de comportamento para produção da civilidade perfeita, eram necessárias ao homem moderno do início do século XX, inclusive o uso do francês.

Segundo o autor, as classes sociais e suas diferenças, estão ligadas as nações e diferem muito na estrutura da personalidade de seus membros, nos esquemas através dos quais a vida emocional de seus indivíduos é moldada na pressão da “tradição institucionalizada” e da situação vigente. Elias, citando Nietzsche:

O alemão diz, *Além do Bem e do Mal*, adora a sinceridade e a integridade. Como é confortador ser sincero e íntegro. Este é talvez o mais perigoso e enganador de todos os disfarces no qual o alemão é perito, essa honestidade alemã confidencial, obsequiosa, que sempre mostra suas cartas, (...) é um dos muitos exemplos de como, com a lenta ascensão da classe média, suas características sociais específicas se transformam em características nacionais. (NIETZSCHE, apud ELIAS, 1994, p. 49)

A expressão da autoimagem alemã aponta para as diferenças em autolegitimação, em caráter comportamental, mas reflete para a nação a construção de ideais de determinada classe que ascendeu ao poder e que se transformam em símbolos nacionais. Estas mesmas considerações colocadas por Elias, para a sociedade alemã do pensamento iluminista, fazem muito sentido quando conectadas a 1922 e às elites cariocas. Da mesma forma como um manual de boas maneiras, a revista *Ilustração*

Brasileira pode indicar comportamentos específicos de bons costumes e da boa sociabilidade para esse grupo.

Muitos desses comportamentos se transformam em características propostas como hegemônicas. Um exemplo é a família nuclear burguesa modelo de progresso e refinamento carioca, composta do pai (homem), provedor, da mãe (mulher), cuidadora do lar e dos filhos (quando possível mais de um). Esse tipo de família aparece como perfil ideal a ser seguido para as elites urbanas cariocas, em páginas de várias edições da revista. Porém, cabe lembrar que nem sempre a visão hegemônica comportamental de uma sociedade é a que melhor a representa no contexto geral, muitas outras considerações caberiam à investigação, no caso da sociedade carioca.

Na revista *Ilustração Brasileira*, são muitas as propagandas que apelam ao sentido de ideal nacional hegemônico, como os manuais de boas maneiras dos alemães em Elias, que remetem ao passado para dar novo sentido a um presente cheio de novas considerações. Na edição de maio de 1935, por exemplo, o editor se apegua a figura do conde Affonso Celso, presidente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, para garantir com a orientação do passado glorioso mais status a produção literária do presente.

Resurgindo agora, este ensario apparece perante o publico pela mão do illustre polygrapho brasileiro, Conde de Affonso Celso, presidente da Academia Brasileira cie Letras e do Instituto Historico e Geographico. mestre insigne de tantas gerações de brasileiros que, fazendo rápido retrospecto da vida desta revista, traça a sua directriz para o futuro, como um prolongamento do que tem sido a sua orientação no passado. (SILVA, Antônio A. de Souza. *Revista Ilustração Brasileira*, ano XII, n. 1, Rio de Janeiro, 15 mai.1935, p. 6. Grafia conforme original)

A história das boas maneiras está diretamente relacionada às regras de comportamento social e isto se refere não apenas à questão da etiqueta, mas também diz respeito à moral, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros. Para Oliveira (2012), as sociedades, ao longo da história, criaram normas e princípios com a finalidade de orientar as relações entre grupos e pessoas. Já para Foucault (1999), normas impõem regras de conduta que se não forem seguidas, implicam em penalidades, que vão desde a desaprovação, a punição e a exclusão daqueles que não as respeitam.

Foucault (1999), assim como Elias (1994), cita que as mudanças drásticas do modo de vida também são decorrentes do pensamento iluminista europeu e remetem a transformações nas formas de coerção do indivíduo. Na Belle Époque, essas transformações derivaram da construção de uma “biopolítica” que se refletiu a um investimento que atribuiu sentido ao intervalo da vida, entre o nascer e o morrer. Segundo o autor, criou-se um “*homem corpo*”, uma identidade individual, pautada na sociedade disciplinar da constante normatização, da disciplina, da distribuição espacial, da separação dos gêneros, do alinhamento, da organização e da constante vigilância dos corpos. E um “*homem espécie*”, da identidade coletiva do ser humano, mais universal, que derivou o termo população, e colocou o indivíduo num grupo, em uma estatística.

Segundo Leonardo Pacheco, pesquisador do núcleo Gênero e Violência do departamento de História da Unimontes, Foucault e Elias concordam no seguinte sentido:

Para esses autores, mudanças ocorridas na ordem social desencadearam um processo de transformação nas formas de coerção sobre o indivíduo. A coerção tradicional, baseada na forma externa do poder soberano, se transformou na coerção interna: Elias fala em autocontrole das condutas e sentimento; Foucault fala em disciplinarização do corpo. Em Foucault, o desenvolvimento da disciplina foi dependente do uso de técnicas disciplinares dentro de diversas instituições e do crescente desenvolvimento das ciências como forma de conhecimento que, associadas ao impacto das organizações burocráticas e do trabalho, possibilitaram a modelagem do indivíduo dócil e a transformação da sua experiência de mundo. Elias opta por explicar a natureza das mudanças face ao maior autocontrole das condutas e sentimentos, fruto da relação de interdependência entre os indivíduos; o que ele chamou de processo civilizador. (PACHECO, 2009, p. 255)

Isto é, para Pacheco, em Norbert Elias não houve um sujeito específico e impulsionador das mudanças na consolidação da modernidade, por mais que se produzissem inúmeros manuais de boas maneiras e livros diferenciadores. Este sujeito apareceu como algo que não foi planejado conscientemente pelos grupos detentores do poder. O processo civilizador do Estado Moderno apoiou a relação constituída, por meio da *interdependência dos indivíduos e da difusão de ideias*. Em Foucault, esse processo apresentou uma imposição de um grupo dominante, representado pelos “detentores do saber”: as instituições reguladoras, como a ciência médica, a polícia, o clero.

Pacheco (2009) ainda enfatiza que Norbert Elias enxerga o indivíduo moderno como alguém que tem autonomia no exercício da escolha racional, quanto mais autocontrole ele tiver, mais poderá atuar de maneira livre. Para Foucault, a esse indivíduo moderno é inviabilizada a autonomia de escolha racional. Ele não é autônomo, porque órgãos disciplinadores cerceiam sua escolha; é necessária a transgressão da disciplina para que exista movimentação.

Então, mesmo que o sujeito moderno se insira dentro de uma macroestrutura, podem ser as diferenças de posicionamento no espaço social, que correspondem aos estilos de vida que cada classe venha a levar. Bourdieu e Saint Martin (1976) citam que as condições econômica e social, só permitem compreender ou prever a posição de tal indivíduo através das quais ele se marca e se demarca, isto é, através da forma como seu comportamento, seu consumir, seu vestir, seu falar, seu “habitus”, unifica e gera todas suas práticas sociais.

Para Bourdieu e Saint Martin (1976), o gosto, a propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida. O autor diz que o estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou “hêxis corporal”, a mesma intenção expressiva, princípio de unidade de estilo que se entrega diretamente à instituição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados.

A revista *Ilustração Brasileira*, tende a oferecer todo um estilo de vida a ser consumido pelo seu público leitor, que como sujeito moderno, necessita de categorias de diferenciação para se consolidar como classe elitista urbana carioca. Muitos dos exemplos que foram encontrados nos números do periódico enfatizam a apropriação destas “diferenças distintivas” que resignificavam o viver. Um anúncio de bens duráveis é interessante de citar:

O Escriptorio é o reflexo da boa ou má organização de uma casa commercial. O Escriptorio é o centro á roda do qual gira todo o negocio e, portanto, deve estar perfeitamente aparelhado com moveis elegantes e práticos que proporcionem conforto aos empregados e lisonjeira impressão aos clientes. Visitem as exposições permanentes das installações especializadas no fabrico de moveis para escriptorios, repartições publicas e bancos. CASA

DOS PIANOS "BRASIL" RUA URUGUAYANA. 91 Téléphone 23-1291 Rio de Janeiro. (SILVA, Antônio A. de Souza. *Revista Ilustração Brasileira*, ano XII, n. 1, Rio de Janeiro, 15 mai.1922, p. 5. Grafia conforme original)

Veja o elemento de diferenciação proposto a estas elites leitoras no anúncio: compre os móveis da Casa dos Pianos, são elegantes e proporcionam conforto aos empregados e impressionam os clientes. Além de diferenciar seu negócio remetem o status que a modernidade parecia oferecer, na figura do luxo e necessidade como estilização da vida elitista com a preocupação para com o além do básico.

Segundo Mary Del Priore (2014), desde a metade do século XIX, praticamente em toda a Belle Époque, os viajantes europeus que passaram pelo Brasil, concordavam com o inglês Alexander Caldcleugh de que “a moralidade reinante no Rio de Janeiro se apresentava bem precária e não era difícil encontrar-se todo tipo de excessos”, ou mesmo com o francês Freycinet que segunda a autora, queixava-se dos vícios e da libertinagem, observados principalmente no que diz respeito às classes mais abastadas. (PRIORE, 2014, p.63).

Desta forma, o Rio de Janeiro era uma cidade onde os vícios, os concubínatos, os adultérios, o luxo e a vida das elites, necessitavam de constante mudança, numa clara preocupação em se diferenciar dos mais pobres, para consolidar a construção de símbolos próprios dos vários projetos de modernidade.

Miceli (1977) cita que a mudança parte de várias esferas da vida, principalmente no trabalho do intelectual, socialmente definido antes como algo simbólico que recaía sobre as mulheres e sobre os homens que com elas se identificavam. Com a consolidação da modernidade, isto se altera para algo que fora destituído de valor econômico no reconhecimento do ofício de escritor. Dessa forma o status *quo* positivo as disposições socialmente definidas como femininas foi apropriado por esses intelectuais sujeitos, resinificado e transformado em algo que passou a ser da competência masculina, como produtora de novos hábitos a serem seguidos.

Como elementos diferenciadores, os novos costumes e vícios, conferiram valores opostos às coisas que as elites nomearam como suas, cada vez mais, elas se apoiaram em órgãos higienizadores, como a medicina, para ressaltar estas diferenças. Não parece haver consideração elitista carioca, sob a ótica da revista *Ilustração*

Brasileira, que não condene à sujeira, à inconveniência, à intemperança, o impudor, a imprudência, associados às outras classes sociais avessas as mesmas, principalmente no que confere aos abusos de substâncias consideradas inebriantes, bebidas alcoólicas e novos vícios que além de físicos se tornaram também morais.

Como um manual de boas maneiras, a revista *Ilustração Brasileira*, parece que explicitou normas máximas para o gosto urbano elitista, e encorajou uma ambição de distinguir-se dos populares, particularmente na produção de saberes masculinos, que definiram refinamento em matéria de linguagem, de vestuário e no comportamento sexual considerado normal e desviante.

Antes da Belle Époque, por influência da pesquisa em obras clássicas greco-romanas, acreditava-se que existia apenas um sexo e, portanto, um gênero: o masculino. Laqueur (2001) cita obras de Galeno, do século II, que influenciaram o imaginário ocidental até meados do século XVIII. Nestas obras há relatos de que as mulheres tinham a mesma genitália dos homens, só que dentro do corpo. A vagina era vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos. Por volta de 1800, segundo o autor, “todos os escritores” (pertencentes à reprodução de uma ciência ocidental iluminista e eurocêntrica é claro) se basearam no que insistiam serem diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino (LAQUEUR, 2001, p. 17).

Nas novas cidades modernas, as diferenças entre os sexos passaram a ser consideradas como determinante para as relações sociais e a ênfase desta colocação se concentra nas elites cariocas. Desta forma, a partir do século XIX, com o teor do saber médico, considerava-se que existiam dois sexos, estáveis e opostos e que a vida pública e privada, assim como os papéis de gênero, estava baseada nessa dualidade. Tudo o que transgredisse a esta “norma social” era passível de tratamento, pois a medicina considerava os padrões desviantes como doença degenerativa passível de cura parcial (FEITOSA, 2005, SCOTT, 1989).

No parecer médico indicado às famílias burguesas das classes mais abastadas, o sexo era uma obrigação recíproca entre os cônjuges, restrita apenas à procriação e determinadas posições durante o ato deveriam ser evitadas. Segundo Priore (2014), era proibido se evitar filhos, gozando fora do “vaso” e obrigatório se usar o “vaso normal” e não o ânus para prática sexual. A mulher cabia o papel de submissa e nunca se colocar

acima do homem, afinal, a prática nas elites era a de que o homem, como viril e másculo, comandava o coito. No início do século XX, obviamente que estas colocações variavam entre as classes sociais do Rio de Janeiro e por mais que servissem como uma orientação muitas vezes não era em sua maioria seguida à risca.

A revista *Ilustração Brasileira* traz posicionamento favorável à família nuclear burguesa, onde a figura paterna tinha função de provedor e trabalhava no meio público, já a materna estava restrita ao trabalho e administração do lar. Parece colocar esse padrão familiar como algo a ser seguido pelas elites urbanas cariocas, visto que, os redatores refletiam essa organização social, como o caso de seu co-editor Álvaro Moreyra, casado com a feminista Eugênia Álvaro, exemplo social de mãe ocupava a posição de destaque na sociedade elitista carioca, era a administradora do lar e cuidadora dos quatro filhos do casal (foram oito crianças, mas quatro morreram de doenças na infância).

A nova organização da cidade com o aval da ciência médica influenciou na construção da imagem do bom trabalhador associada à família, à moral e ao pudor no meio público. Existia, porém, uma intensa preocupação por parte da medicina higienista com questões vinculadas a degenerescência. Um dos médicos de destaque na cidade do Rio de Janeiro foi o Dr. Moncorvo Filho, que em 1919, foi eleito membro honorário da Academia Nacional de Medicina e em 1921, tornou-se sócio remido da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, vindo a ser Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria em 1933. Como médico influente nos círculos elitistas, foi estudioso da higiene social, o que lhe rendeu vários cursos direcionados e publicações no que tange a esta questão.

Em 1915, ministrou um curso voltado à classe médica e à população de modo geral, intitulado “Curso Popular de Higiene Infantil”, realizado no Instituto de Proteção e Assistência à Criança, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse curso, Mancorvo Filho deixou clara a preocupação com a higiene infantil quando colocou que:

São os cuidados hygienicos consagrados a infância que permitirão uma geração de adultos sadios; os povos vigorosos, e por isso mesmo, mais ricos, são os mais cultivados intelectualmente; são eles que mais ardoso culto rendem à hygiene. (MANCORVO, Filho. *Higiene Privada da Infancia*, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1917, p. 14)

A necessidade de uma sociedade higienizada trouxe à tona questões vinculadas a degenerescência, onde os grupos que se investiam destes saberes, exprimiam lugares de pertencimento ímpar. Para Mancorvo Filho no “Curso Popular de Hygiene Infantil”, o clima excessivamente quente, a alimentação e a degeneração por hereditariedade podiam ser fatores que influenciavam na qualificação dos indivíduos. Mancorvo Filho citou Dr. Morel (1857), quando afirmou que a degenerescência hereditária era causada por estados patológicos tal como o alcoolismo e a loucura, que acabavam por resultar em um estado de decadência física e mental em adultos. Este estado produzia sinais, ou estigmas, que se repetiam de geração em geração, passando através dos genes, a propensão ao desvio às crianças.

Mancorvo Filho também citou a obra a “Hereditariedade Mórbida” do Dr. Raymond, médico influente na sociedade carioca do período. Este livro reúne uma vasta síntese de pessoas consideradas degeneradas, nas palavras do médico “vítimas da hereditariedade”, classificadas como “imbecis, cretinos, epiléticos, retardados e surdos-mudos”.

Higiene era considerada limpeza física e moral. Dessa forma, foi necessário o controle do tempo do trabalhador para discipliná-lo às suas funções de proletariado fabril, a monetarização das relações de trabalho garantiu padrões básicos de higiene pessoal e uma mão de obra “de baixo custo” aos patrões. (RAGO, 2009).

Os que se encontravam as margens da sociedade carioca, na figura de vadios, jogadores, prostitutas, ladrões e desordeiros, também foram taxados de degenerados pela medicina higienista e deveriam ser “esconjurados” do convívio social. Como indivíduos desnecessários e improdutivos, necessitavam de tratamento psiquiátrico, para tentar amenizar suas degenerescências sob o cuidado do olhar médico especializado (CUNHA, 1986, p. 25).

Os novos vícios e hábitos elitistas difundidos no Rio de Janeiro fomentaram preocupação muito grande por parte do Estado em controlar, taxar, punir, vigiar o uso de substâncias consideradas inadequadas ao padrão de comportamento idealizado aos gêneros em 1922. Entre os juristas da união, ganhou dimensão de certeza associar alcoolismo à criminalidade; o primeiro sendo causa necessária da segunda. No entanto, criminalistas disputavam entre si a forma de o Estado intervir no meio social para coibir esta e outras práticas sociais consideradas inapropriadas.

O decreto de lei nº 4.294, de julho de 1921, estabelecia penalidades para os contraventores de cocaína, ópio, morfina e seus derivados e criava um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo uso excessivo de bebidas alcoólicas ou substâncias consideradas inebriantes, e estabelecia as formas de processo e julgamento, na gestão do presidente Epitácio Pessoa:

Art. 1º Vender, expôr a venda ou ministrar substancias venenosas, sem legitima autorização e sem as formalidades prescriptas nos regulamentos sanitarios: Pena: multa de 500\$ a 1:000\$000. Paragrapho unico. Si a substancia venenosa tiver qualidade entorpecente, como o opio e seus derivados; cocaina e seus derivados: Pena: prisão cellualar por um a quatro annos.

Art. 2º Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez que cause escandalo, desordem ou ponha em risco a segurança propria ou alheia: Pena: multa de 20\$ a 200\$. O dobro em cada reincidencia.

Art. 3º Embriagar-se por habito, de tal modo que por actos inequivocos se torne nocivo ou perigoso a si proprio, a outrem, ou a ordem pública: Pena: internação por três mezes a um anno em estabelecimento correccional adequado.

Art. 4º Fornecer a qualquer pessoa em logar frequentado pelo público bebida ou substancia inebriante com o fim de embriaga-la, ou a que já estiver embriagada: Pena: multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Si o infractor fôr o dono da casa commercial de que provier a bebida ou substancia inebriante: Pena: a estabelecida o substancia inebriante, por um a seis mezes.

Art. 5º Será punido com a multa de 100\$ a 500\$ ou o dobro da última que lhe houver sido imposta, o dono da casa que, fazendo o commercio de bebida ou substancia inebriante, a fornecer ao público, fóra das horas fixadas nas posturas municipaes, ou consentir que a qualquer hora, seja alguma bebida ou substancia inebriante fornecida a pessoa menor de 21 annos, ainda que destinada ao consumo de outrem. (Decreto nº 4.294, de 6 de Julho de 1921, Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/7/1921, página 13471).²

Nota-se que o Estado brasileiro, por meio deste decreto, encaminhava às instituições especializadas como hospícios e casas de repouso ou estabelecia em altas quantias valorativas indivíduos que abusavam de bebidas alcoólicas e que não se comportavam com a “decência que a boa educação requeria junto ao meio público”. Aos usuários do “novo vício”, além de multa, estabelecia a prisão para venda fora das horas permitidas no comércio municipal e na venda para menores de 21 anos.

²A grafia está colocada de acordo com o decreto original, visto que em 1921 a língua portuguesa se utilizava de outras normas ortográficas, diferentes das atuais.

O deputado federal Juvenal Lamartine, como adepto da ciência médica, propôs a resolução do que via como problema nacional da época. Em uma sessão de 1917 sugeriu aumentar em três vezes o valor do imposto que incidia sobre a aguardente e o vinho de consumo popular, conclamando seus colegas a legislarem em “favor da população”:

Nada temos feito até agora no sentido da defesa da nossa população contra o alcoolismo (...) enfraquecida nos seus elementos componentes, nos seus alicerces fundamentais, e cuja principal causa devemos ir buscar no abuso do álcool o grande número de desequilibrados que enchem os hospitais, a tuberculose que devasta a nossa população operária, as moléstias do fígado, dos rins, o envelhecimento prematuro das artérias tão frequente no Brasil são, na sua maioria, efeitos de uma só causa: o álcool. (LAMARTINE, 1917, Diário do Congresso Nacional, apud, MARQUES, 2007, p.45. Grafia como no original)

Lamartine legislava a favor da proibição em todo o território nacional, da importação e da fabricação de qualquer bebida com teor alcoólico superior a 2%, o que eliminaria do mercado todas as bebidas destiladas, especialmente a aguardente, o que segundo o mesmo, “era o grande mal degenerativo das massas urbanas mais pobres”. Foi da criação de Lamartine os artigos 2º, 3º e 4º do decreto lei nº 4.294, de julho de 1921. Onde havia multa de 20 a 200.000 réis, se a pessoa fosse encontrada bêbada na rua causando algum escândalo, e multa de 100 a 500.000 réis se oferecesse álcool com intenção de embriagar outros. Na reincidência pagaria o dobro do valor e se insistisse, o indivíduo poderia ser internado em estabelecimento adequado para o tratamento de alcoolismo.

Enquanto esses fortes discursos políticos do Estado brasileiro veiculavam oposição ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, agregando-o à degeneração mental e ao consumo massivo da aguardente pela população mais pobre, de outro lado vê-se a consolidação da indústria cervejeira que, necessitada de consumidores, investia em fortes campanhas para incentivar a difusão do consumo da cerveja para uma parcela específica da população, as elites. A revista *Ilustração Brasileira* (1922) está repleta de propagandas de cervejas, principalmente das cervejarias Brahma e Antartica e de cigarros industrializados, mas não há observância de anúncios de destilados como cachaças locais.

Como consta no decreto lei nº 4.294, de julho de 1921, o problema do consumo do álcool em excesso ligava-se à alienação social. As famílias internavam homens e mulheres em hospícios, quando descoberto que a pessoa sofria do mal do alcoolismo, pois, sendo alcoólatra, essa pessoa deveria ser retirada do meio social e estar reclusa para tratamento. A prescrição médica aos hospícios em relação aos alcoólatras era característica nos laudos médicos, como nesse trecho: “*não encontrando um meio de se adaptar a sociedade, acham no suicídio uma saída; outros, num suicídio lento, lançando-se ao abuso do álcool, disfarçam na embriaguez as ideias tristes*” (CUNHA, 1986, p. 52-3).

Aliado ao progresso da modernidade, às novas formas de trabalho urbano e à disciplinarização do trabalhador, a cidade do Rio de Janeiro, revelou sérios problemas sociais vinculados ao consumo excessivo de álcool enquanto esse discurso não se anunciava na Ilustração Brasileira. O saber médico higienista se ampliou apoiado pelo discurso masculino hegemônico, pelas teorias eugênicas, como instituição voltada à assistência dos “enfermos da razão”, para vincular o alcoolismo à doença social mental. Segundo Cunha (1986), a medicina higienista, aliada a todo um conjunto de instituições, não mediu esforços em direção à edificação de uma cidade considerada higiênica, “livre da peste e do perigo”, que conseguisse reproduzir em seu interior uma imagem ideal vitoriosa da ordem burguesa. Autorizada por seu caráter científico tendeu a “*construir um discurso sobre todas as instâncias da vida, invadindo a esfera das relações pessoais para moldá-las segundo os propósitos da ordem e da disciplina urbanas*” (CUNHA, 1986, p. 35).

Estava agregada como órgão repressor no controle aos supostos “degenerados e transgressores da lei”. Segundo Junior e Lovisolo (2003), tinha um caráter coletivo na prescrição de hábitos higiênicos como parte de um projeto de finalidades educativas que visavam uma formação moral do homem em sociedade. Os hábitos teriam um fim em si mesmo, na preocupação com o indivíduo/privado para o coletivo/público. Relacionam-se a esse tipo de movimento as técnicas de controle dos corpos que Foucault cita como agravantes de um estado de biopoder.

Em pesquisa realizada no Dispensário Mancorvo Filho, na cidade do Rio de Janeiro em 1917, de 4000 crianças pobres examinadas, 1167 (29%) eram filhos de alcoólatras; os pais que sofriam de alcoolismo, 796 eram homens e 18 mulheres. O que

indicou uma propensão maior ao alcoolismo por parte dos homens e dessa forma maior cobrança social na conduta desses indivíduos (MANCORVO FILHO, 1917, p. 52).

A medicina higienista como saber científico apoiado pelo Estado brasileiro, redefinia padrões de conduta familiar, padrões de sexualidade e costumes a serem seguidos pelo bem da moralidade pública. Segundo Migueloni e Feitosa (2013), foi com base nesse objetivo que se estabeleceu o tratamento moral e psíquico para indivíduos considerados inadequados aos padrões da boa sociabilidade, que se desconectavam da ordem social. Para as autoras, a reclusão dessas pessoas dava-se nos asilos psiquiátricos e a construção da loucura como doença mental tinha como principais áreas de intervenção os comportamentos sexuais, as relações de trabalho, a segurança pública, e o consumo em excesso das substâncias inebriantes como o álcool e outras drogas. Ricos, pobres, classes médias urbanas, fazendeiros, industriais, banqueiros, comerciantes, proletários e uma grande massa popular necessitaram se adequar às novas relações de tempo e de trabalho e ao novo modelo moral de família nuclear e higienizada proposto pelo saber médico.

A medicina higienista além do caráter social tinha também a meta de limpar, higienizar e embelezar os espaços sociais e: *“cuidava tanto da saúde do corpo do indivíduo, como da saúde das cidades, protegendo-as das epidemias e das doenças originadas em seu meio”* (MIGUELONI, FEITOSA, 2013, p. 8).

Parcela da mesma estava pautada na Teoria da Eugenia, criada por Francis Galton e que se resume no estudo dos fatores socialmente controláveis que podem elevar ou rebaixar as qualidades raciais das gerações futuras, tanto física como mentalmente. Por meio de casamentos e uniões seletivas, Galton acreditava que podia modificar a natureza das pessoas, separando aqueles que supostamente eram perfeitos e preservando a qualidade das futuras gerações. Segundo Rosostolato (2014), a degeneração biológica passou a ser uma preocupação e a prescrição médica era a proibição de casamentos entre pessoas de uma elite branca com outras nuances da população.

Na Teoria da Eugenia a elite branca via a “deplorável” saúde dos mais pobres como algo a ser solucionado por meios técnicos que se assentavam em crenças biológicas sobre origem de males social e historicamente criados. Em muitos trechos do

livro *Hygiene Infantil* (1917) do Dr. Mancorvo Filho, encontram-se passagens que agregaram características eugênicas quanto a classificação de crianças consultadas.

Segundo Miskolci (2006), essa elite branca endossava a ciência médica como modernidade cultural e buscava nela meios para lidar com problemas que só poderiam ser resolvidos por meio de transformações econômicas e sociais profundas. Cita o autor que no Brasil as técnicas mais conhecidas de “aprimoramento da raça” foram as esterilizações, a segregação sexual, os exames médicos e certificados pré-nupciais. Interessante é que não se percebe a existência de fotos, anúncios e reportagens que remetam a personagens caracterizados como negros ou mestiços nas páginas da revista *Ilustração Brasileira*.

Em 25 de janeiro de 1918 foi criada a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira organização do tipo na América Latina a apoiar a Teoria da Eugenia. Sua influência se espalhou entre as elites paulista e carioca urbana, destacando-se como sócios médicos influentes como Renato Kehl, o Dr. Mancorvo Filho e o Dr. Cunha Cruz. Entre seus admiradores figuravam intelectuais como Monteiro Lobato. A sociedade Eugênica promoveu alguns bailes em São Paulo e no Rio de Janeiro, direcionados apenas para as elites urbanas, cobertos pela equipe da *Ilustração Brasileira* na fotografia e reportagem.

As teses em prol da Eugenia partilhavam da convicção de que era preciso promover políticas para aprimorar a “raça”, com perseguição e repreensão dos que faziam uso excessivo de substâncias consideradas inapropriadas ao bem-estar social. Segundo Cunha (1986), o objetivo do saber médico era consolidar um tratamento moral à família com a internação em manicômios dos considerados degenerados. Para a autora, os alvos eram as prostituídas, alcoólatras, toxicômanos, indivíduos negros e pobres, homossexuais e imigrantes.

As técnicas mais conhecidas de “aprimoramento da raça” foram adotadas pelos adeptos da eugenia mendeliana: as esterilizações, a segregação sexual compulsória, a eutanásia, a homossexualidade como doença mental e o vínculo da influência do álcool com a degenerescência, isto é, seriam alcoólatras filhos de pais alcoólatras (MISKOLCI, 2006).

Os médicos adeptos da Eugenia também difundiram modelos evolucionistas para justificar que a diferença entre os sexos confirmava uma estrutura natural na delimitação das relações sociais. Como o Dr. Mancorvo Filho no Rio de Janeiro, combateram a difusão e o consumo em excesso do álcool como medida de profilaxia social (JUNIOR e LOVISOLO, 2003).

O médico Dr. Moncorvo Filho, mesmo que adepto da Eugenia e atuante em uma posição de prestígio na cidade do Rio de Janeiro foi responsável por uma série de melhorias às famílias pobres, no combate a falta de higiene, campanhas de vacinação, alcoolismo e subnutrição infantil. Em atendimentos realizados em 1917 no Dispensário Mancorvo Filho, prescreveu às mães e as amas de leite, que deviam parar com o costume de beber cerveja escura para possuir abundância de leite e que o consumo de álcool era no parecer médico algo que não condizia com a saúde do indivíduo, principalmente quando consumido junto das refeições, justamente o contrário do encontrado na *Ilustração Brasileira* que incentiva o consumo da *Malzbier da Brahma* como complemento nutricional.

Como detentor do saber médico higienista, Mancorvo Filho afirmou em seu livro *Hygiene Infantil* (1917), que a melhor idade para se casar era dos 19 aos 25 anos para o sexo feminino e dos 20 aos 30 para o masculino. Nesta faixa etária com o casamento, a propensão de se desenvolver alguma degenerescência era maior e se caso fosse detectada, o tratamento seria mais efetivo (MANCORVO FILHO, 1917, p. 54).

Segundo Soihet (2009), a medicina social eugênica assegurava como características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais e a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem era caracterizado por sua força física, natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios.

O alcoolismo feminino também despontou nesse contexto, Santos e Verani (2010) analisam que pela ótica da medicina higienista as mulheres que se alcoolizavam, mesmo dentro dos lares, descumpriam seu papel de pilar moral e emocional da família e faltavam com o seu dever de mãe. Segundo os parâmetros médicos vigentes, a fragilidade do organismo feminino diante do álcool representava um perigo na concepção de filhos que geneticamente herdariam a “tara alcoólica”.

A forte tendência do “mal do alcoolismo” pode ser vista no discurso do médico higienista Cunha Cruz:

(...) é digno de atenção o número que indica a proporção de mulheres com perturbações mentais, devidas ao alcoolismo, em nossos hospícios e colônias. A proporção é tão grande que difícil é encontrar igual em estatísticas, mesmo nos países mais alcoolizados – nós, pelo menos, não conhecemos igual. (CUNHA CRUZ, 1906, p.14 apud SANTOS; VERANI, 2010, p. 406)

Destacam Santos e Verani (2010) que o fator hereditário delimitaria uma pré-disposição que levaria ao excesso do álcool. Dessa forma, o hábito de beber apenas moderada e socialmente se transformaria em uma moléstia na qual o costume se tornava uma necessidade orgânica. A medicina higienista aliada à teoria da Eugenia colocou a obsessão pelo álcool como doença degenerativa, capaz de levar a pessoa a cometer atos insanos e descontrolados e a apresentar comportamentos condenáveis do ponto de vista da sociedade da época.

O alcoolismo também estava relacionado ao comportamento de quatro tipos principais de masculinidade atrelados às engrenagens sociais do início do século vinte. A socióloga Connell (1995 apud Costa, 1998) identifica como um primeiro padrão de masculinidade a *hegemônica*, ligada à legitimidade do patriarcado, que garantia a dominação dos homens e a subordinação das mulheres; o convencionado pela burguesia. No segundo padrão, a masculinidade *subordinada*, a autora caracteriza como a dominação e a subordinação entre grupos de homens da época, como era o caso do prestígio de homens heterossexuais versus a subordinação dos homens homossexuais. O terceiro padrão de masculino estaria representado na masculinidade *cumplice*, que se definiu pela conexão com o projeto da masculinidade hegemônica, mas sem a completa incorporação do ideal burguês. Teriam sido cúmplices, pois perceberam e desfrutaram de vantagens do patriarcado sem, no entanto, defenderem publicamente essa posição. Geralmente está relacionada a indivíduos das classes médias urbanas.

Nesses três perfis ideológicos, a masculinidade hegemônica tinha seus representantes em parcela das elites urbanas cariocas. Na *subordinada* e na *cúmplice*, homens da classe média. Desta forma, a via de regra, todos os membros desses perfis masculinos podiam consumir bebidas alcoólicas ou outras drogas, contanto que não chamassem atenção no meio público em escândalos ou desordens sociais, visto da taxa legal e moral para tal ato. Por último, Connell (1995, apud Costa, 1998) define

um quarto padrão de masculino, representado na figura da masculinidade *marginalizada*, que teria sido próprio das relações entre grupos étnicos dominantes e subordinado, estes representados pelas classes menosprezadas das cidades, de condição social com menor renda, dos moradores de cortiços e pobres urbanos. A este perfil geralmente era associado a degeneração biológica pelo consumo em excesso de água-ardecente (nunca da cerveja); e a perseguição e constante controle por parte dos órgãos repressores: a polícia e o saber médico.

Para Neves (2004), a masculinidade hegemônica exerceu efeito controlador na sociedade brasileira da Belle Époque e implicou discursos sobre dominação e ascendência social, atribuídos aos homens como “privilégio potencial”. As diferentes faces do masculino foram marcadas por assimetrias como heterossexual/homossexual e hierarquias de mais e menos masculino (ALMEIDA, 1996).

É perceptível seu discurso nas reportagens e matérias da Ilustração Brasileira (1922), construindo um ideal de elite que atribuiu aos homens o privilégio potencial de dominação e ascendência social. Isto reflete ainda em 1922, existiam noções de patriarcado como ordem de gênero específica, na qual a masculinidade hegemônica define o feminino e as masculinidades subordinadas como algo inferior.

Segundo Oliveira (2004), o padrão masculino hegemônico definiu os momentos socialmente aceitos para a alcoolização. Alimentados pelo slogan da medicina higienista “*mente sã num corpo sã*”, o consumo do álcool no espaço público das cidades não foi incentivado pelo discurso médico e político, visto que o consumo de bebidas alcoólicas deveria relacionar-se à socialização e não ao alcoolismo. Se um homem fosse apanhado embebedando-se sozinho, era chamado de alcoólatra. Já o fato de beber em grupo era visto como parte da sociabilidade e de maneira alguma relacionado com o problema do alcoolismo (NEVES, 2004).

Soheib (2009) enfatiza que o homem pobre como marginalizado por suas condições de vida, estava longe em assumir o papel de mantenedor da família previsto na ideologia dominante e tampouco o papel de dominador, típico de um padrão hegemônico. Na medida em que a prática de vida do homem pobre revelava uma situação bem diferente daquela idealizada pelas elites cariocas, o álcool era visto como válvula de escape aos problemas e solução para a insegurança que muitas vezes o acometia.

Analisa a autora que a violência doméstica decorrente do alcoolismo surgia da incapacidade desse homem pobre de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, como o caso apresentado abaixo:

Constata-se que à medida que Marcolino (o marido) mergulhava na bebida, era rejeitado cada vez mais pela sociedade e, por isso, tinha necessidade de se reassegurar de sua autoridade junto à família. O que fazia tentando obrigar Arminda (a esposa) a atitudes extravagantes, como a prática de atos sexuais na frente dos filhos. Espancando-a, também buscava demonstrar que no interior do seu lar ele deveria afigurar-se como todo poderoso. (SOHEIB, 2009, p. 372)

Na Belle Époque, o debate em torno de problemas sociais como a questão do uso excessivo de bebidas alcoólicas, influenciou o saber médico na prescrição de hábitos para a boa sociabilidade.

Existia também outra teoria intitulada de Alienismo, que condenava aqueles cujas transgressões fossem visíveis na esfera pública da sociedade brasileira. Sua tese defendia que o “desvio do alcoolismo” ocorria em função da hereditariedade e sua doença era considerada loucura moral, curável apenas com tratamento em instituições manicomiais. Segundo Miqueloni e Feitosa (2013), o Alienismo focava nos indivíduos que também resistiam à disciplina, à normalização do trabalho, à moral e aos bons costumes e muitos usuários de outras drogas consideradas lícitas como a cocaína, éter, haxixe também eram passíveis de internação.

Todas essas mudanças trazidas pela regulamentação da modernidade na adequação da legislação ao controle de drogas e na constante vigilância moral dos indivíduos, além de alterarem o significado das relações sociais, criaram novos mecanismos de controle e perfis específicos de masculinos. Também influenciaram no panorama físico da capital brasileira, na ressignificação de espaços urbanos que deveriam condizer com as aspirações dos novos grupos hegemônicos.

A aprovação do decreto de lei nº 4.294, de julho de 1921 sinaliza para a preocupação com a questão do excessivo consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas, num momento em que a sociedade brasileira, no viés da revista *Ilustração Brasileira*, parece concordar com a referida lei na esfera pública, mas tende a fazer justamente o oposto no privado, como se percebe em algumas crônicas de Coelho Neto:

O ébrio da taverna ou da tasca trambolha depois de alguns codórios e o mais que lhe sucede é quebrar a cabeça ou ir parar no xadrez, que é o forno de cozer mamonas; mas o requintado, ai! dele... Como o vício é elegante todos o querem e é hoje comum ver-se na Avenida, à hora de maior frequência, mocinhos sonambulando. Esses são os que transitam, e quantos serão os que escabujam nos próprios lares ou em casas mercenárias, onde o vício é propinado por profissionais que o dosam segundo a vontade do freguês? (NETO, em Revista Ilustração Brasileira, ano III, n 27, Rio de Janeiro, 15 nov. 1922. Grafia como o original)

Tanto a medicina higienista quanto a ação da polícia na apreensão aos que “manchavam a moralidade pública” com suas condutas tidas como desviantes podem ser relacionadas a órgãos repressores significativos presentes na Belle Époque. Com relação às publicações e imagens investigadas na revista, não se identificou crítica pertinente que desaprove a perseguição eugênica aos mais pobres pelo consumo da aguardente ou mesmo qualquer nota de desgosto por parte desses médicos, em reforçar padrões e estigmas como causa para internação desses indivíduos.

O Rio de Janeiro era um local cheio de representações sociais elitistas, listadas ora por médicos eugênicos, alienistas, ora por juristas da união. Alguns segmentos da publicidade carioca de então, como as próprias publicações do Dr. Macorvo Filho, reforçavam os desdobramentos do amplo debate sobre o consumo em excesso de bebidas alcoólicas, dado o posicionamento negativo proposto pela medicina higienista. Muitas vezes estas colocações médicas agregavam o consumo da aguardente pela população mais pobre como principal causa dos casos de alcoolismo nas famílias urbanas cariocas. Vinculando o problema do consumo em excesso das bebidas alcoólicas as classes menos abastadas.

Para os fabricantes dessas bebidas alcoólicas tal como a própria cervejaria Brahma, o desafio era criar um novo sentido positivo vinculado a cerveja, bebida que ganhava destaque nos altos círculos urbanos e estava relacionada à construção do “bom bebedor social”, posição de respeito e signo de modernidade. Daí a necessidade de campanhas publicitárias em revistas de circulação elitista como a Ilustração Brasileira. O constatar apelo da cerveja como diferenciador social significava no viés da revista que membros das elites cariocas jamais deveriam tomar aguardente, bebida de populares com propensão ao alcoolismo e de mau gosto. O recomendado era optar pela boa sociabilidade e elegância que a cerveja lhes proporcionava.

5. Capítulo 4 - Se você pensa que cachaça é cerveja, cachaça não é cerveja não: novos significados de consumo elitista na revista Ilustração Brasileira.

A cidade do Rio de Janeiro na Belle Époque passou a ser uma capital mais cosmopolita em função do aumento da população urbana. Esse crescimento acelerado teve como fundamento a rápida industrialização e a imigração massiva que a transformou em uma espécie de “super cidade”, repleta de línguas e culturas diferentes e, sobretudo, povoadas por imigrantes europeus (CUNHA, 1986).

Boa parte dos anunciantes da Ilustração Brasileira tem alguma ligação com imigrantes. Ou o são literalmente ou são filhos de portugueses, espanhóis, italianos, entre outros povos que vieram para o Brasil na Belle Époque. Por exemplo, o editor da revista, Meideiros e Albuquerque, de família tradicional portuguesa³, com residência no Recife, vinda logo nas primeiras levadas para produção de cana-de-açúcar no Nordeste.

A partir de 1850 a imigração brasileira cresceu em larga escala pela drástica situação em que a Europa se encontrava. O processo de transformação para uma economia capitalista promoveu a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. As altas taxas de impostos para a propriedade dificultaram o pequeno proprietário europeu de efetuar empréstimos e ocasionaram seu endividamento. Havia a oferta de produtos a preços inferiores no mercado e a transformação da mão de obra rural em mão de obra industrial. Como causas da imigração em massa ocorrida nesse período, Alvim (1998), relaciona o alto crescimento demográfico europeu, a falta de empregos e a miséria, aliados ao imaginário positivo sobre a América.

De 1830 a 1930 o processo de imigração para o Brasil teve em seus primeiros cinquenta anos uma política de traslado voltada para a ocupação e o povoamento de extensas regiões, em particular no sul. Segundo Foot e Leonardo (1982), nos últimos cinquenta anos do processo houve interesse dos cafeicultores paulistas por mão de obra farta e barata para suas plantações, sobretudo a partir de 1884, visto que a abolição da escravidão era eminente.

³ Meideiros e Albuquerque era filho de portugueses, seu pai assim como o avô nasceram em Portugal e visitas a Lisboa foram frequentes. Segundo sua biografia o próprio Meideiros e Albuquerque teve sua formação superior em Portugal e optou pela carreira de jornalista e pedagogo sem imposição familiar.

Desde meados do século XIX o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura de café quanto nas fábricas das cidades, substituindo a mão de obra escrava.

Segundo Rago (2009), entre 1880 a 1930 entraram no país cerca de 3,5 milhões de imigrantes. Um terço de italianos, 1 milhão de portugueses, 560 mil espanhóis, mais de 112 mil alemães, 108 mil russos e 79 mil australianos. Boa parte dos cartunistas “importados” da França vieram nessas levas de imigração. Como o intelectual Crispim do Amaral, responsável pelas charges que satirizavam a República Velha e contratado de Medeiros e Albuquerque.

A história da imigração brasileira está diretamente ligada à produção de bebidas alcoólicas no início do século passado. Existiram dois tipos de profissionais técnicos vinculados ao manejo das bebidas alcoólicas: ora os trabalhadores especializados que produziam aguardente de diferentes qualidades nos engenhos de cana-de-açúcar, ora os mestres cervejeiros, oriundos das primeiras levas de imigração. Detentores do conhecimento necessário para produção de cerveja com espuma cremosa e paladar apurado.

As propagandas em revistas como a *Ilustração Brasileira* circulavam também em outros periódicos da época, como o *Almanack Laemmert* (1900), onde está a informação de que as primeiras cervejarias em território nacional foram fundadas por imigrantes europeus alemães. Foram esses imigrantes inicialmente que trouxeram os profissionais munidos da técnica de fabricação cervejeira e muitas vezes a receita original da cerveja europeia que continha água, malte e lúpulo, sofreu alterações com a inclusão na metade da porção de malte dos cereais locais como o milho ou arroz. (SAVIAN, 2010).

Num primeiro momento a cerveja sofreu forte concorrência com a principal bebida alcoólica nacional, a aguardente. Mais consumida em território brasileiro desde o Brasil Colônia sua produção estava intimamente ligada à escravidão e boa parte circulava entre a exportação e o comércio interprovincial. Segundo Andrade (2007), no do Rio de Janeiro, no final do século XIX os anos de 1920, havia 253 alambiques funcionando, dos quais 155 ficavam na cidade litorânea de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

Por se tratar de uma bebida altamente difundida entre a população de renda mais baixa, a propaganda em torno da aguardente tornou-se negativa no início do século passado, justamente porque nesse período os ideais eugênicos de degeneração da raça e o gosto por produtos e modas que vinham da Europa influenciavam as classes mais abastadas das cidades em ascensão. Com a imigração a partir da década de 40 do século XIX houve uma variação nessa hegemonia e um desenvolvimento urbano no fabrico e consumo da cerveja nas principais cidades. É de se observar que num primeiro momento esse público consumidor era formado, em sua maioria, por uma classe média ascendente das principais capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, a qual se tornou parte das novas elites urbanas (SAVIAN, 2013).

Segundo Savian (2010), até o estabelecimento da cerveja como bebida da moda, existiam outras variações de fermentados locais bem parecidos com as receitas de cervejas importadas da Europa. Havia a Gengibirra, de gosto popular era um fermentado de farinha de milho, gengibre, casca de limão e água. A mistura descansava alguns dias em infusão, posteriormente vendida em garrafas ou canecas. Havia também a Caramuru, feita de milho, gengibre, açúcar mascavado e água, costumava fermentar por uma semana antes de ser consumida. Todavia, com as reformas urbanas no Rio de Janeiro, esses produtos passaram a sofrer uma forte concorrência por parte da cerveja industrializada, basicamente feita de água, lúpulo, metade de malte e milho ou arroz, como a anunciante da revista *Ilustração Brasileira*, a cervejaria Brahma. A venda de cerveja era feita no balcão do próprio estabelecimento, que atendia a particulares e as entregas ocorriam por meio de carroças, que se deslocavam às zonas comerciais dos bairros adjacentes ao centro.

O Almanak Laemmert, periódico publicado no Rio de Janeiro entre de 1844 até 1912 pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, registrou mais de vinte produtores de cerveja só em 1888. Segundo os dados do almanaque, boa parte dos produtores era de origem estrangeira e como exemplos de novas fábricas cervejeiras se podem citar as três mais conhecidas da época: 1ª) A cervejaria Henrique Leiden e Cia, que fundou a Imperial Fábrica de Cerveja Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. 2ª) A Cervejaria Brahma, fundada em 1888, também na cidade do Rio de Janeiro, por um imigrante suíço, Joseph Villiger, que crescia abruptamente e se fundia com outras empresas. Já em 1904 sua produção de chope em tonéis chegou a seis milhões de litros e a distribuição contava com nove depósitos situados no centro. Fato que lhe concede o título de mais

consumida entre as elites cariocas. 3ª) A Cervejaria Antártica, com fundação na cidade de São Paulo, por Antonio e Helena Zerrenner, imigrantes alemães que a transformaram em uma companhia com sessenta e um acionistas já em 1889 e sua capacidade de produção era de quarenta mil hectolitros/ano.

Segundo o almanaque, o começo da fabricação de cervejas no Rio de Janeiro começou com o engenheiro suíço Joseph Villiger, que chegou com as primeiras levas de imigrantes europeus no final do século XIX. Villiger era um exímio mestre cervejeiro e começou a produzi-la em casa de forma artesanal, visto que, não havia este tipo de produto no Brasil da Belle Époque. Saboreada primeiramente entre amigos, membros das elites cariocas, sua cerveja acabou agradando, consequência: juntamente com os brasileiros Paul Fritz e Ludwig Mack (com esses sobrenomes com certeza descendentes de estrangeiros) em 1888, inaugurou a *Manufatura de Cerveja Brahma Villiger & Companhia*, na Rua Visconde de Sapucahi número 128, no Rio de Janeiro, lançando comercialmente a marca BRAHMA CHOPP, disponível nas versões clara e escura, inicialmente vendida somente em barris de madeira. No início, a pequena manufatura foi inaugurada com uma composição diária de 12.000 litros de cerveja, comercializada somente em barril, e 32 funcionários.

Villiger escolheu o nome de cervejaria Brahma, que deriva do deus hindu criador do universo e de todas as direções do conhecimento, representado com quatro cabeças e quatro braços e aparece sentado em um cisne. O deus Brahma é cultuado principalmente, junto ao lago de Pushkar, na Índia, em cujas águas, quem se banha, têm todos os pecados perdoados, por piores que sejam eles.

A primeira propaganda associada à Brahma era de uma mulher envolta por ramos floridos de lúpulo e cevada. Após algumas fusões e aquisições nas primeiras décadas do século XX, a Brahma era, no início da década de 20, uma empresa bem estruturada e preocupada com aspectos da modernidade. Daí sua necessidade em investir na propaganda. A estratégia foi anúncios em revistas de renome, como a *Ilustração Brasileira*, que se voltava para um público consumidor que a cervejaria desejava como seu: as elites cariocas.

Muitos dos anúncios da Brahma mostravam símbolos elitistas do que se considerava moderno, como automóveis. Algumas campanhas reforçavam a tecnologia empregada na distribuição da cerveja, que não era feita mais com o uso de carroças de

tração animal, mas se utilizavam de modernos caminhões movidos a diesel que faziam até 5 km por litro e podiam atravessar distâncias maiores em menor tempo. Como na campanha de 1920, onde o caminhão deveria ser aberto para se destacar os barris de cerveja que seriam entregues nos estabelecimentos comerciais do Rio de Janeiro.



Carro de entrega de barris de cerveja, 1920.
Acervo www.brahma.com.br

O aumento do número de fábricas cervejeiras intensificou a divulgação de anúncios publicitários, como os encontrados na revista *Ilustração Brasileira*, com apelos específicos a um público consumidor urbano: homens das elites e profissionais liberais como advogados, professores, jornalistas, capitalistas e comerciantes médios. Segundo a revista, a nova publicidade criou uma grande afinidade entre as cervejarias e os consumidores e logo em 1930, a Brahma Chopp era a cerveja mais consumida no país. Nesse ano, a produção alcançou os 30 milhões de litros de cerveja. O co-editor e poeta Álvaro Moreyra, além de membro elitista, frequentava a boemia noturna do Rio de Janeiro, definiu a cerveja como “nectar da modernidade, boa para as noites quentes” (MOREYRA, 1922).

Da mesma forma que aumentavam os anunciantes cervejeiros na *Ilustração Brasileira*, crescia o discurso médico eugenista agregado ao padrão de masculinidade hegemônico, que pregava o controle dos elementos considerados degenerados e perturbadores da ordem social, tendo como foco os negros, os mestiços, as prostitutas e os alcoólatras, entre outros. Segundo Almeida (1996), os ideais eugenistas e patriarcais podem ter influenciado anúncios de algumas cervejarias, não possibilitando na arte dos mesmos a representação desses padrões de indivíduos considerados marginalizados.

As propagandas vinculadas a cervejas, como as da Brahma, indicavam claramente o incentivo ao consumo desta bebida a um público elitista carioca, indo em

direção contrária ao prescrito pelo saber médico e pelo Estado. A linguagem publicitária é carregada de ideologias, além da preocupação com os aspectos comerciais do produto. Como anunciante da revista *Ilustração Brasileira*, a cervejaria Brahma expunha propagandas que não incluíam estereótipos de pessoas menos favorecidas e expressava padrões hegemônicos de masculinos e padrões submissos de femininos, na conformidade para o almejado à família consumidora burguesa das elites urbanas cariocas. Foram usados também em campanhas nacionais, outros meios de circulação como jornais do período ou folders para fixação em estabelecimentos comerciais.

Na edição de novembro de 1922, havia um perfil de propagandas e publicidades que se enquadravam nas características dos almanaques da época: grande variedade de assuntos e temas, muitos textos e a presença de fotos e gravuras grandes, contos instrutivos e educativos, ora em tom formal ora em formato de crônica. A distribuição de cores não era homogênea, com existência nas páginas coloridas e em preto e branco ora propagandas em cores ora anúncios escritos das mesmas. Não se percebe referência aos menos favorecidos como moradores do subúrbio ou favelas nos apelos publicitários.

A análise do material da revista; pode remeter ao resultado do processamento e interação dos indivíduos com seu ambiente, isto é, com o possível público alvo: as elites cariocas e suas interações com a cidade que se transformou na Belle Époque, visto que, seu espaço físico foi produto de novas interações e resultado dos significados sociais envolvidos (CASTELLS, 1999, p. 24).

Nas edições de 1922 da revista *Ilustração Brasileira*, são várias as publicações que remetem o ano de centenário da independência do Brasil até mesmo as propagandas da Brahma Shop, por exemplo, vêm num tom mais nacionalista. As reportagens deixavam sugestões para novos padrões de consumo e é importante ressaltar produções como os contos de Álvaro Moreira e comentários de Medeiros e Albuquerque, recriados pelo espírito dos artistas, que os transmitiram através da linguagem em forma textual (BARTHES, 1987).

Partindo da importância da produção textual como elemento que nasce de um contexto e tempo histórico específico, repleto de significação cultural e presente nas publicidades da *Ilustração Brasileira*, consideram-se três elementos caracterizados por Bakhtin (2000), que estão na análise da revista: o *material*, a *forma* e o *conteúdo*, de

uma produção escrita, organizados em torno da intenção do escritor e das condições de realização dessa intenção. O material é a linguagem, o português, por exemplo, a forma, é a metodologia representada por meio de recursos expressivos e o conteúdo é o objeto do texto, o assunto que será trabalhado. A narrativa literária de determinado período histórico depende, dessa forma, do contexto do objeto a ser interpretado, de quem busca interpretá-lo e daqueles a quem essa reflexão será dirigida (CASTRO, 2003, p. 13).

Há uma vasta gama de contos, artigos, propagandas que parecem refletir possíveis interpretações de novos hábitos, vícios, identidades de gênero e lugares de pertencimento. Leva-se em consideração que, segundo Foucault (1988), para se reconhecer numa identidade de gênero, deve-se supor estabelecer sentido de pertencimento a um determinado grupo social, (nesse caso as elites cariocas) e que esta posição remete à dualidade entre masculinos e femininos desse círculo social e de outros.

No viés da revista, a identidade das elites cariocas parece ter se pautado em hábitos e vícios importados de padrões cosmopolitas europeus e norte-americanos em um constante dualismo na tradução dos novos lugares de pertencimento. Essa bipolaridade se reflete, segundo Kuper (2002), como produto de forças culturais, sociais e psicológicas, como consequência da modernização e da ascensão do individualismo a partir da consolidação da modernidade.

Não apenas a *Ilustração Brasileira*, mas suas concorrentes como o periódico, *Eu sei tudo* (1922), refletiam a tendência de importar sinônimos de condutas e hábitos considerados modernos e necessários às elites cariocas. No caso feminino foram encontradas muitas imagens propondo a importância desta mudança no vestuário, como sinônimo de inovação.

Mantendo características do recato, da subserviência e do respeito a família e ao marido (ideais reforçados pela medicina higienista), as roupas femininas não sofreram uma mudança radical. Saias subiram um pouco dos pés para os joelhos, permanece o uso de mangas que não mostram demais as partes superiores dos braços e os ombros. E houve presença de um item inovador para as senhoras das elites urbanas, o uso das meias finas com risco acentuado na parte de trás das pernas. A diminuição dos e

chapéus e aumento dos saltos altos também foram características marcantes, como pode-se notar na imagem abaixo:



Mudanças no vestuário feminino: as calças de 1830 e meias de 1922. Eu sei tudo, ano VI, nº 6, Rio de Janeiro, nov. 1922, p. 26.

No que diz respeito a proposta de autonomia feminina, inovação e independência social de mulheres elitistas, debate proposto por várias linhas feministas no período, são muitas as imagens refletem essa tendência. A que chamou atenção foi esta que segue abaixo, onde Miss Anna Brown, como uma mulher impetuosa e exemplo de moda a ser seguido aparecia em pose com o instrutor depois de um salto de paraquedas.



Mudanças da modernidade - Mulheres impetuosas. Miss Anna Brown e seu salto de paraquedas. Eu sei tudo, ano VI, nº 6, Rio de Janeiro, nov. 1922, p. 26.

Também é interessante a observância da publicação de propagandas que incentivaram o uso de drogas consideradas lícitas, símbolos do moderno e da sociabilidade quando não consumidos em excesso, como o tabaco e as bebidas alcoólicas, em especial a cerveja Brahma.

No conteúdo das edições de 1922, a *Ilustração Brasileira* traz algumas situações ligadas aos círculos elitistas cariocas. A primeira delas remete a produção de textos que refletiam sobre as questões de gênero nos anos vinte. É um artigo da jornalista Moreira, que considera válida participação de mulheres elitistas no movimento feminista e na produção de textos jornalísticos que ressaltam a luta contra o patriarcado. Nas edições de 1922 pesquisadas, não se encontrou publicações de mulheres além de Sarah Monteiro.

O artigo de Monteiro (1922) salienta a emancipação da mulher, na luta por direitos iguais, algo que vai além da simples conquista do direito do voto, mas que enseja os direitos femininos como cidadãs, a liberdade de ir e vir, quando e com quem bem desejar, a independência econômica e a implantação de um novo regime social. Discurso muito parecido com o proposto por Bertha Lutz no mesmo período.

O regime social proposto deveria beneficiar mulheres em esferas públicas e privadas da vida, lembrando que a jornalista Monteiro escrevia em uma revista voltada ao público elitista do Rio de Janeiro:

Sendo certíssimo que cada órgão tema sua função e a cada função corresponde um órgão determinado, nada exige que, tendo a mulher a função de procriar, seja ella, por isto, mantida em plano diferente do homem. Não! Homens e mulheres devemos ser perfeitamente equaes, com as mesmas obrigações e os mesmos direitos (...) não creio que as simples conquistas políticas, como seja o voto feminino, bastem á solução do problema; o que a mulher precisa, de modo absoluto, é da liberdade econômica. Prover a sua própria subsistência sem o favor, quasi esmola, do homem, pelo seu esforço e pelo seu valor, para não continuar, como até hoje, uma presa, escrava, a calar quando ele fala e a fazer o que ele pensa, alheando-se do mundo e da vida, quando ele assim o entender. Sou partidária da criação dos círculos femininos, das associações, de tudo quanto emfim, possa, pela solidariedade, implantar um novo regime social para a mulher, dentro das regras imutaveis de não deixarmos de ser muitos femininas, para sermos feministas. (MONTEIRO, em *Revista Ilustração Brasileira*, ano III, n. 27, 1922, p. 40. Grafia conforme o original)

Existia preocupação com o debate de gênero, nesta vertente proposta por Monteiro, de se seguir a luta pela emancipação e igualdade feminina sem perder a feminilidade. Isto está presente em sua proposta de criação dos círculos femininos e associações, na luta por melhores condições de vida às mulheres. O fato da jornalista ser uma mulher da elite e contribuir como escritora da revista, mostra a importância do papel dessa parcela de mulheres no debate feminista, que ganhava força na época.

Este fragmento também denota a preocupação por parte da revista em publicar artigos que estavam na ordem do dia em 1922, um ano onde a discussão de gênero se ampliava em várias esferas sociais, com influência das produções de Pagu em São Paulo e no Rio de Janeiro com as de Eugênia Álvaro integrante elitista do movimento feminista (esposa de Álvaro Moreyra), que também fornecia a residência da família para reuniões de intelectuais preocupadas com a causa da liberdade feminina e da luta contra o patriarcado. Note que assim como este fragmento do artigo de Monteiro os outros exemplos que se seguirão têm a escrita do português bem diferente dos dias atuais, visto que, em 1922, a norma culta era outra e com o passar do século XX, várias reformas ortográficas alteraram a grafia das palavras.

A segunda situação encontrada também na *Ilustração Brasileira* é um artigo de Magalhães que denota a importância da moda nos novos padrões da época. Interessante salientar que Magalhães era um jornalista homem que escreve sobre a moda masculina elitista, isto denota o interesse masculino também neste aspecto social, algo anteriormente agregado a análises exclusivamente femininas. Em seu texto, o autor critica os velhos costumes e deixa clara a nova maneira das elites de se vestirem na capital, com mudanças tanto para mulheres quanto para homens:

Conquanto ainda que apareça, raramente, com o terno de frack, em dias da chegada de chefes de estado, que nos visitam, como o rei Alberto, o sr. Marcello Alvear e o presidente Antônio José de Almeida, o chapéu alto foi também proscrito da nossa indumentária democrática. Ninguém a não ser o republicano Lopes Trovão, se atreve a usá-lo em plena rua, e quando algum, por acaso, reluz na cabeça de um cavalheiro, na Avenida, juntasse-lhe povo entorno, supondo tratar-se de um desses *camelot*, que anunciam a última maravilha e, pomada para calos... O guarda-chuva teve a mesma sorte. Symbolo da previdência e da pacatez do regimen. (...) Hoje, é um desapa ridículo para os dandys e constituiria uma espécie completamente desaparecida do nosso mundo. (MAGALHÃES, em *Revista Ilustração Brasileira*, ano III, n. 27, 1922, p. 27. Grafia conforme original)

Magalhães enfatiza o uso do paletó como peça niveladora das classes sociais e símbolo do homem moderno na República. Em contrapartida o frack, aparece vinculado ao antigo regime, como algo que devia ser deixado de lado, assim como a cartola para consolidação dos novos projetos de modernidade.

A prova de que a Republica está definitivamente consolidada e de que o povo se acha com ella absolutamente identificado é a nossa maneira de vestir. O *paletot-sacco*, despretensioso e igualitário, nivela todas as classes sociais. Preside as sessões do senado, discrusa na câmara, escreve nos jornaes, despacha nos ministérios, trabalha nas officinas, passeia nas ruas e fala mal da vida alheia, pelas esquinas (...) o frack começa a periclitir, os próprios doutores elegantes, como Humberto Gotuzzo, deixam o *paletot de doutor* e preferem o *veston cintado* (MAGALHÃES, em Revista Illustração Brasileira, ano III, n. 27, 1922, p. 27. Grafia conforme o original).

Aos senhores das elites cariocas, detentores de padrões de masculinidade hegemônicos, como o próprio Magalhães cita, a moda era o *paletot sacco*, o chapéu baixo, cabelos bem cortados e não se carregava mais o guarda-chuva. Outro acessório considerado moderníssimo e necessário era o relógio de bolso, cuja corrente aparece propositalmente por cima do colete. Observe que ele compara quem usa cartola, o “chapéu alto” com um camelo, vendedor ambulante, o objeto muito utilizado outrora como símbolo de status fora rebaixado a item desnecessário e de certa forma até brega.

A Exposição Internacional do Centenário da Independência, rendeu fotos exclusivas a Illustração Brasileira. Nessas, pode-se analisar a questão da moda tanto feminina quanto masculina, quando na inauguração do evento onde a maior parte dos presentes pertencia as classes elitistas cariocas. Às senhoras destas mesmas elites, era indicado cabelos curtos ou presos, saias mais curtas, na altura do joelho para as mais “modernas”, meias finas colares compridos, cores claras e chapéus ovalados. Toda essa indumentária no calor de 40 graus do Rio de Janeiro.

Alguns exemplos que Magalhães cita quanto a moda masculina, também estão presentes em muitas fotografias da época, como o uso do terno, dos chapéus mais estreitos, dos relógios pendurados na altura do ventre. Na maior parte das fotografias da exposição do centenário, há predominância de tons escuros para senhores com aparência mais velha e tons claros para os mais novos, tanto homens como mulheres e crianças.



Inauguração do pavilhão de Estatística, na Exposição Internacional do Centenário da Independência, em *Ilustração Brasileira*, ano III, n. 27, 15 nov. 1922.

Algumas celebridades internacionais também se destacavam como ícones de moda elitista. A contratada da Paramount Filmes (Hollywood - W. W. Hodkinson), atriz de renome mundial em 1922, Caire Adams foi um desses exemplos. Considerada pela revista *Eu sei tudo*, pessoa de exímia elegância e requinte, aparece em vários momentos como ícone de moda das senhoras das elites cariocas.



Influência da moda norte-americana. Fotos da atriz Caire Adams, em *Eu sei tudo*, ano VI, nº 6, Rio de Janeiro, nov. 1922, p. 26. Detalhe para o chapéu coco decorado com flores.

Por meio do vestuário vislumbraram-se padrões de masculino e feminino nas elites do Rio de Janeiro. Os padrões de moda encontrados nas representações das revistas possibilitam refletir sobre a aquisição de novas maneiras de se vestir para se reforçar diferenças entre as classes sociais e separar indivíduos considerados modernos dos antiquados.

A moda auxilia, neste momento de 1922, permear os signos que caracterizam os papéis de gênero, na definição de masculinos e femininos. Aos senhores dessas elites era necessária a participação na vida pública, através da política e do trabalho como industriais, comerciantes ou literatos, às senhoras cabia a vida privada, o controle e administração do lar, delegando funções a serviçais contratados, a prática do bordado e da música instrumental e no papel de genitora dos herdeiros da família (SCOTT, 1989; MISKOLCI, 2006).

Dadas as funções sociais elitizadas fundamentadas pelo saber médico, o vestuário característico dos sujeitos se adequou e modificou na medida em que houve a necessidade de novos padrões sociais pautados em características consideradas modernas. Desde a gradação das cores, a da altura da saia que subiu um pouco ao abandono de trajes como o frack para uso de ternos.

Nesse sentido, a terceira situação encontrada na análise da revista, que chamou atenção, foi à observância da publicação de propagandas que incentivaram o uso de drogas consideradas lícitas, símbolos do moderno e da sociabilidade, como o tabaco e as bebidas alcoólicas, em especial a cerveja Brahma, quando não consumidos em excesso.

Se por um lado existiam os discursos políticos e médicos que veiculavam o consumo excessivo de bebidas alcoólicas ao da aguardente pela população mais pobre, por outro, se consolidava a criação de uma indústria cervejeira, necessitada de consumidores, que incentivava o consumo da cerveja, e não media esforços para conquistar cada vez mais as classes médias e altas urbanas.

As propagandas de cerveja da cervejaria Brahma na *Ilustração Brasileira* expressam construções culturais, linguísticas e históricas de padrões de comportamento vinculadas ao consumo de cerveja, direcionadas, em particular, para as elites brancas do sudeste paulista em uma clara distinção ao consumo da aguardente, particularmente relacionada ao vício, à desordem e ao desajuste social do homem pobre.

O anúncio da Brahma de 1918, traz todos os elementos elitistas na sugestão do frescor da cerveja. A senhora bem vestida, com modelo do vestido adequado à moda dos anos vinte, cabelo curto, batom vermelho, joias douradas (possivelmente de ouro), tomando a cerveja Brahma em um lugar que parece um palacete.



Campanha de 1918, acervo Brahma: www.brahma.com.br

Segundo o próprio anunciante, esse tipo de cartaz era distribuído em comércios e confeitarias mais ao centro, justamente para interessar as elites frequentadoras dos mesmos. A cervejaria Bhrama também fomentou várias campanhas publicitárias no decorrer das primeiras décadas do século XX, nas quais salientou a importância do consumo da cerveja escura Malzbier como complemento nutricional às refeições. Segundo essas propagandas, esta cerveja era considerada boa para lactação às mães em processo de amamentação, também, um produto mais leve, portanto, de consumo apropriado pelo público feminino e a ele mais intensamente direcionado.

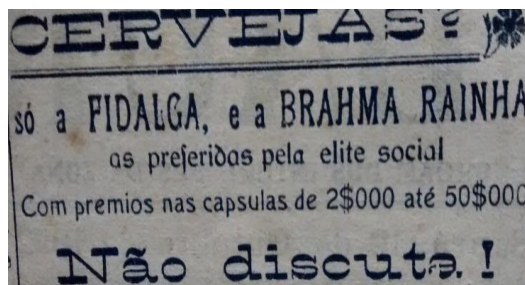
A proposta dos anúncios da Malzbier evidencia a preocupação em se estimular o consumo de um produto com informações nutricionais que faziam “bem a saúde”, dessa forma não incitando seus consumidores ao alcoolismo. O slogan dos anúncios da década de 1920 era de que em cada garrafa de Malzbier estava relacionada a quantidade de energia igual ao consumo de um ovo de granja ou de um bife de vaca. Como reforço da refeição com um “novo valor nutritivo” a proposta da Malzbier era completar o lanche, melhorar o seu almoço e equilibrar o jantar. Por se tratar de uma cerveja escura, encorpada, mas de baixo teor alcoólico, estava relacionada a cerveja do lar, indicada ao consumo de todas as famílias. Esse marketing deu tão certo no decorrer do século XX que até hoje algumas pessoas ainda acreditam que cerveja escura faz bem para saúde e gera mais leite materno.

Posteriormente com o sucesso das cervejarias essas propagandas se espalharam pelas principais capitais, como denota o anúncio da *Ilustração Brasileira*, do Rio de Janeiro para São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.



Anúncios da Malzbier em revista *Ilustração Brasileira*, ano III, n. 27, 15 nov. 1922.

A cervejaria Brahma também utilizou simples chamadas escritas onde anunciava suas cervejas, vinculando-as como preferidas pelas elites urbanas. Em função das teorias eugênicas que estavam em pauta no período, vinculando o consumo do álcool em excesso com a degenerescência, este tipo de propaganda que relacionava a cerveja como produto de complemento nutricional, a ingestão no lar, foi uma alternativa encontrada diante dessa situação conflituosa. Relacionou-se o consumo da cerveja ao espaço harmônico da sociabilidade, da diversão e da responsabilidade na moderação de seu consumo. Este tipo de estratégia funcionou para vários produtos cervejeiros: Malzbier, Brahma Chopp, Teutônia e outras.



Anúncio da cerveja Fidalga e da Brahma Rainha, em revista *Ilustração Brasileira*, ano III, n. 27, 15 nov. 1922.

É interessante observar como estas propagandas divulgavam uma imagem de prazer ou saúde associada ao consumo da cerveja, em contraposição ao discurso médico e político, que relacionava algumas bebidas alcoólicas à predisposição ao alcoolismo, como ressaltado anteriormente.

Verifica-se na análise da revista que a divisão dos públicos consumidores reforçava a ideia difundida pela medicina social eugênica, que assegurava como características femininas a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, pública, racional e a um forte desempenho sexual.

Com base nessas considerações, percebe-se que o ideal de homem das elites cariocas era aquele de pele branca e possivelmente representante de um padrão masculino convencionado, relacionado ao prazer de beber cerveja na descontração da esfera pública, como se pode notar na campanha publicitária da Brahma da década de 1920 a 1929:



Campanha de 1920-1929, acervo Brahma: www.brahma.com.br

Com relação às mulheres, observa-se que também são brancas e possuem características de uma classe social mais elevada, como salientado anteriormente na campanha de 1918. Suas roupas são finas, penteados, batom e unhas em tons avermelhados difundidos pela moda burguesa urbana da época. Para elas o consumo da cerveja estava vinculado à privacidade do lar. Já a associação entre saúde e ingestão da cerveja escura Malzbier na hora das refeições, influenciaria no bem-estar físico feminino e na possível boa lactação de sua prole.

Pode-se confirmar que a diferença entre homens e mulheres elitistas expressa nas imagens das propagandas foi algo que contribuiu, juntamente com os demais elementos sociais, para a confirmação de parâmetros de comportamento feminino e masculino das elites cariocas, e de sua relação de poder sobre outros grupos sociais, em particular das classes populares do início do século XX.

Tal como a predominância de anúncios vinculados as cervejas símbolos de bebidas elegantes e modernas, a revista *Ilustração Brasileira* traz propagandas de cigarros industrializados e cachimbos como produtos inovadores, higiênicos e superiores aos fumos de corda ou cigarros de palha, que passaram a ser considerados de consumo das classes mais pobres.

O cigarro foi inserido inicialmente na França, em 1830 e lá recebeu o nome *cigarette*. Em 1845 começou a ser produzido em escala industrial sob monopólio estatal e importado para o Brasil. Quem inventou a primeira máquina de fabricar cigarros em 1880, foi James Buchanan Duke no USA, ela fazia 120 mil cigarros por dia. Buchanan, também se utilizou de periódicos de circulação elitista para difundir seu produto, patrocinou corridas e distribuiu cigarros gratuitamente em concursos de beleza norte-americanos. Segundo Andrade (2014), graças a difusão do cigarro industrializado como item de modernidade e com a tecnologia empregada no seu fabrico hoje se produz no Brasil cerca de 16 mil cigarros por minuto.

Seguindo a moda norte-americana e europeia, os cigarros, assim como os cachimbos, aparecem em várias imagens e estavam associados também a produtos higiênicos. Não foram encontradas indicações nas propagandas, que consideravam o consumo dessas substancias como nocivas à saúde; pelo contrário, o hábito de fumar tornou-se símbolo imediato de glamour e se associava à liberdade, ousadia e a sofisticação que os novos padrões de modernidade sugeriam aos indivíduos elitistas no Rio de Janeiro.

O principal anunciante de cigarros na *Ilustração Brasileira* é a empresa Souza Cruz. Fundada pelo imigrante português Albino Souza Cruz em 25 de abril de 1903, foi a primeira fábrica de cigarros industrializados, com maquinários que os enrolavam em papel. Segundo o próprio fabricante a empresa começou com 16 funcionários trabalhando em um sobrado no centro do Rio de Janeiro, onde foi produzida sua primeira marca a Dalila.

Com a necessidade por consumidores aumentando cada vez mais, em 1910, a Souza Cruz comprou a imponente Imperial Fábrica de Rapé Paulo Cordeiro, na Rua Conde de Bonfim, nas matas da Tijuca, e instalou a sua primeira linha de produção. Mas eram necessários mais recursos e aporte de tecnologia para que a empresa pudesse acelerar seu crescimento. E, para atingir esses objetivos em 1914, Albino Souza Cruz transformou a companhia em uma sociedade anônima, passando o controle acionário ao grupo British American Tobacco. Esta mudança alavancou o crescimento da Souza Cruz, levando-a a se tornar uma das maiores indústrias de fumo da América Latina. A partir daí, aumentou sua produção, evoluiu tecnologicamente e tornou-se líder de mercado e referência internacional (SOUZA CRUZ, 2011).

A Souza Cruz parece ter difundido dois tipos de anúncios na *Ilustração Brasileira*, ora propagandas onde simplesmente mostrava os maços de cigarros abertos sem textos explicativos ora anúncios grandes dos cigarros, com curtas grafias no rodapé.



Propagandas de cigarro da Souza Cruz. Em revista *Ilustração Brasileira*, ano III, n 27, Rio de Janeiro, 15 nov. 1922.

Posteriormente quando o cigarro foi associado à figura de uma bela mulher, o fumar aparece vinculado ao consumo diário em fotos de celebridades norte-americanas e inglesas, como a atriz Gladys Cooper. A Souza Cruz desenvolveu campanhas que produziram uma publicidade envolta em mulheres elegantes fumando, numa clara alusão que conferia status e diferenciava o modo de vida: daí sua aceitação e rápida difusão social. Para aqueles que também desejassem reconhecimento em determinadas reuniões ou mesmo destaque em festas, o cigarro, industrializado e higiênico, conferia estes atributos assim como uma roupa da moda à ocasião.



Moda inglesa de 1922 - fumar cachimbo, em revista Eu sei tudo, ano VI, nº 6, Rio de Janeiro, nov. 1922, p. 27.

Além da cerveja e do cigarro industrializado era muito comum circularem no comércio outros produtos como drogas controladas pelos regulamentos sanitários e que sem legítima autorização podiam ocasionar multas e prisões a seus comerciantes (Decreto nº 4.294, de 6 de julho de 1921, Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/7/1921, p. 13471).

Alguns desses foram anunciados na Ilustração Brasileira e diferentes de hoje, substâncias como o álcool, o éter, a cocaína, a morfina, o ópio e o haxixe, não tinham proibição legal, podendo ser encontrados com facilidade em qualquer farmácia, ou nas mãos de vendedores autônomos em círculos específicos no Rio de Janeiro. Você poderia ir a uma farmácia no centro e comprar, por exemplo, a “pastilha de clorato de potássio e cocaína”, indicada para as moléstias da boca e laringe ou o “elixir Virenque”, tônico a base de cocaína indicado para problemas estomacais.

O uso dessas substâncias sem controle, também ocasionava o aparecimento de novos vícios, frutos da adoção continua de hábitos considerados desviantes. Muitos desses produtos eram comprados sem proibição e estavam disponíveis em farmácias nas formulas de vários medicamentos. Podia-se comprar as pastilhas de cocaína, por exemplo, boas para dores de garganta, tritura-las e aspira-las com a ajuda de canudos ou notas de dinheiro. Segundo a revista este tipo de uso ocorria com frequência entre os círculos sócias elitistas ou nas reuniões a portas fechadas de noitadas boêmias e estavam disponíveis para quem quisesse como descreveu Coelho Neto, em um trecho de sua crônica intitulada “Vício Novo” (1922):

O álcool é nocivo, não há dúvida, e segundo afirma a ciência, as carraspanas dos nossos avitos ainda se manifestam em nós e há muita gente que por aí cambaleia em pernas bambas, tem a língua emperrada, os olhos languídos e manifesta outros desarranjos físicos e morais, não pelo que faz, mas pelo que fizeram os seus avoengos piteireiros. Mas, o que não faz uma pipa de vinho, faz um vidrinho de algumas gotas de éter; uma pitada de cocaína é mais funesta do que um litro de cachaça; e não a misturada, ainda a mais fulminante, que valha uma pastilha de haxixe, uma fumarada de ópio, a morfina ou qualquer desses tóxicos sutis que são hoje impunemente vendidos nas farmácias sem escrúpulos ou por mercadores ambulantes que percorrem, com suas caixas letais, os quarteirões viciosos. (NETO, em Revista Ilustração Brasileira, ano III, n 27, Rio de Janeiro, 15 nov. 1922)

Desta forma, as substâncias consideradas hoje drogas, em 1922 não eram taxadas como tal e recebiam a denominação de “tóxicos sutis”. Mesmo que despertassem preocupação por parte da medicina higienista, podiam ser encontradas com facilidade e consumidas principalmente nos círculos elitistas do Rio de Janeiro. Segundo Resende (2006), o uso desses “tóxicos sutis” delimitava uma forma de pertencimento a um grupo de ilustres com ampliação dos contatos e com relação à cocaína, percebe-se que homens destas elites a consumiam frequentemente em seus círculos fechados.

Quanto ao consumo por parte de mulheres encontra-se na Ilustração Brasileira posicionamento pejorativo com relação ao fato. Na edição de novembro de 1922, há uma crônica de Álvaro Moreyra que exprime estigmas negativos vinculados à imagem de mulheres envolvidas no consumo da cocaína. Cita-se um fragmento que contém esta posição:

Era noite. As lâmpadas estavam esmorecidas. Apenas, no fundo do salão, o vulto se destacava, abandonado de gesto, fino glacial. (...) O mau gosto dos aplausos e a luz de novo acesa desmancharam o encanto. Queriam saber quem era. Um cavalheiro ruivo informou: __Essa mulher tem vícios horríveis, bebe champagne com éter e cheira cocaína como doida está perdida na vida. (MOREYRA, em Revista Ilustração Brasileira, ano III, n 27, Rio de Janeiro, 15 nov. 1922)

Observa-se que no texto a mulher citada parece estar em algum estabelecimento noturno, isto já denota a intenção do autor em relacionar mulheres que frequentam esses lugares como tipos não pertencentes às elites. Excluindo-a do padrão elitista de mãe e cuidadora do lar, construído propositalmente às senhoras cariocas. É comparada a alguém que está “perdida na vida, doida e horrível” em função de seus

vícios, a champanhe com éter e o uso da cocaína (atitude desviante que se denunciada seria passível de internação e tratamento).

O modelo monogâmico conjugal burguês insistia em mostrar que as aptidões naturais dos homens e mulheres rumavam em direções opostas. Lembrando que segundo a medicina higienista a mulher elitista nesse contexto, teria a função de educadora, formadora de caráter dos filhos e não poderia jamais se submeter ao uso de tóxicos sutis pois deveria garantir a unidade e direção de seu lar, valorizando seu ideal de mãe.

Segundo Rago (2009) nos espaços públicos e de diversão, o regulamento propunha a essas mulheres elitistas o recato e o silêncio, a contenção e a não exposição de sua figura como alguém que consegue controlar suas emoções. Casos como o citado por Moreyra serviam de exemplos a não serem seguidos por essas mulheres.

Percebe-se que a revista *Ilustração Brasileira* como rica fonte histórica está repleta de exemplos das consolidações da modernidade, de perfis idealizados de femininos, masculinos e de novas propostas de consumo. Não foi por acaso que o periódico foi escolhido como difusor dessas ideias, visto que era o órgão oficial da comissão de festejos nacionais com donos e colaboradores intelectuais, “antenados” nas novidades da Europa e dos USA.

Esses diferentes projetos de modernidade fomentaram padrões de gênero para as elites que de certa maneira, acabaram influenciadas pela moda em vários sentidos, desde o vestuário feminino e masculino adequados ao novo momento histórico aos produtos consumidos como necessidade de ostentação e de glamour. A própria leitura rápida das revistas de circulação mensal como a *Ilustração Brasileira* denota o reforço à condição de elites urbanas, diferenciadas e dinâmicas na Belle Époque carioca.

6. Considerações Finais

Segundo Sevckenko/b (2010), as primeiras décadas do século XX foram um período da História em que ocorreram mudanças no panorama da cultura internacional. Com o pós-guerra, o dinamismo de um novo tempo influenciou os modelos cosmopolitas vigentes. A mudança social e estrutural na cidade do Rio de Janeiro deu origem a outros discursos que se tornaram o “cimento ideológico” de muitas considerações sobre o que significava ser um sujeito moderno.

Publicações como a revista *Ilustração Brasileira* surgiram num momento desenvolvimento tecnológico onde as novas técnicas tipográficas, avanços da ilustração e aumento da velocidade de reprodução dos periódicos se espalhavam na ordem do dia tal como, os padrões de consumo da cerveja e do cigarro.

O mais interessante foi que, os fabricantes de cerveja como o caso da cervejaria Brahma, e de cigarro como a Souza Cruz, se apropriaram da propaganda nesses periódicos para difundir seus projetos de consumo voltados às elites cariocas. Não foi por acaso que o material literário escolhido para publicação dos anúncios foi a revista *Ilustração Brasileira* ou a *Eu sei tudo*, ambas de circulação elitista.

Dessa forma, os hábitos e vícios do “novo sujeito moderno” foram disseminados pelos fomentadores da modernidade na figura da ciência médica, do Estado e da crescente indústria gráfica de revistas e periódicos no Rio de Janeiro. Por influência desses disseminadores de parâmetros considerados modernos, houve a criação de representações sociais na diferenciação dos grupos elitistas cariocas da população mais pobre, até mesmo no consumo de substâncias consideradas lícitas e ilícitas.

Ressalta-se que a *Ilustração Brasileira* vem somar as questões feministas dos primeiros anos do século XX, dado o artigo da jornalista Sarah Moreira sobre a luta contra o patriarcado, na igualdade de direitos públicos entre homens e mulheres. Uma jornalista que trouxe essas críticas num universo elitista onde a submissão feminina e a presença da família nuclear burguesa eram constantes. A publicação de suas considerações denota a preocupação por parte de algumas mulheres elitistas nesta questão.

Pode-se afirmar também que houve um intenso debate sobre a questão do alcoolismo no período e constata-se que existiram diferentes pontos de vista masculinos sobre o consumo excessivo do álcool. Ora dos intelectuais que produziam a revista, como Medeiros e Albuquerque ou Álvaro Moreyra, de médicos higienistas como o Dr. Mancorvo Filho, ou mesmo de políticos, como Lamartine. Essas opiniões influenciaram a criação de diferentes padrões elitistas de consumo para homens e mulheres da capital federal.

Por um lado, existiam os discursos políticos e médicos que veiculavam o consumo excessivo de bebidas alcoólicas ao consumo da aguardente pela população mais pobre. De outro lado consolidava-se a criação de uma indústria cervejeira e tabagista necessitada de consumidores, que incentivava o consumo da cerveja e do cigarro industrializado e não media esforços para conquistar cada vez mais as classes médias e altas urbanas. A alternativa encontrada diante dessa situação conflituosa foi relacionar principalmente o consumo da cerveja, o uso do cigarro e de outras drogas a espaços controlados pela sociabilidade, pela diversão e pela responsabilidade na moderação de seu consumo.

Como a própria modernidade, a cerveja se reinventou. Do imigrante que primeiro trouxe as receitas da Alemanha e depois as adaptou ao paladar nacional, as propagandas que a agregavam ao bem da sociabilidade, a boa saúde ou mesmo a elegância e glamour que os novos tempos necessitavam.

A análise da revista parece demonstrar que as finas roupas da moda masculina com o terno bem cortado, o vestido de tons claros das senhoras, as joias reluzentes, o cigarro industrializado, o consumo da cerveja, a menção ao consumo velado da cocaína, do ópio, do haxixe, pode caracterizar novos signos de identidades modernas expressas pelos grupos elitistas.

A revista *Ilustração Brasileira* também reforça que o papel do intelectual como produtor de conhecimento literário foi de extrema importância para difusão de ideais e símbolos ligados aos papéis de gênero masculinos e femininos no reforço do que se considerava ser um homem ou uma mulher ideal para as elites: no uso roupas da moda que os diferenciavam dos mais pobres; no consumo de produtos vinculados ao ideal de modernidade, como os cigarros, bebidas e outras drogas, em seus próprios círculos sociais, para o bem da boa sociabilidade.

Apesar disso, deve-se haver preocupação em localizar esses signos conforme sua época e os grupos sociais em que foram construídos. Como este ensaio foca a investigação da Ilustração Brasileira para uma análise das elites cariocas, desta forma não está localizado fora do contexto da Belle Époque, visto sua investigação dos primeiros anos do século XX. O panorama das opiniões de outros grupos sociais envolvidos, a fim de ampliar os olhares e as memórias sobre essa questão pode-se fixar em outras pesquisas.

Não se pode afirmar que esses conceitos preconizados em 1922, pelas elites urbanas do Rio de Janeiro, eram os únicos, pois assim nega-se toda a história dos embates sociais das populações mais pobres, dos negros, dos índios, das mulheres e dos excluídos de maneira geral. Contudo, pode-se reconhecer a importância deste trabalho como elemento que vem somar aos ensaios que analisam as considerações sobre as elites cariocas na Belle Époque, um período tão emblemático e multifacetado, repleto de vários projetos de modernidade.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Eduardo La Regina. *Pinga ou Cachaça*, 2007. Disponível em: <<http://www.paraty.tur.br/>> Acessado em: 28 nov. 2014.

ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e. Test, 7a ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal, *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, nº 95, 1996, p. 161-190 Disponível em:<<http://site.miguelvaledalmeida.net>> Acessado em: 28 nov. 2014.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO Nicolau (org) *História da Vida Privada no Brasil 3 – Republica da Belle Époque à Era do Rádio*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 217-287.

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.) *História Araribá Plus*. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2014.

BARTES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOURDIEU, P. e SAINT MARTIN, M. Gofts de classe et styles de vie. In: *Actes de la Recherche em Siences Sociales*, nº 5, out. 1976, p. 18-43. Tradução Paula Montero.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno*. São Paulo: Ed. Xamã, 1994, p. 157.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 40-41.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura, In: *A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Adriane Belluci (et al) *Os degraus da produção textual*, Bauru, SP: Edusc, 2003.

CHARTIER, Roger. A História cultural: entre práticas e representações. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. Tradução: Maria Manuela Galhardo.

COSTA, Rosely Gomes. De Clonagens e de Paternidades: as encruzilhadas do gênero, *Cadernos Pagu (online)*, vol. 11, 1998, pp. 157-199. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/node/39> Acessado em: 28 nov. 2014.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Junquery, a história de um asilo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 21-53.

Decreto lei nº 4.294, de 6 de Julho de 1921, Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/7/1921, Página 13471 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-republicacao-92584-pl.html> Acessado em: 01 set. 2014.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (org) *História das Mulheres no Brasil*, 3 ed., São Paulo: Contexto, 2009, pp. 323-359.

ELIAS, Norbert/a. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____/b. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Amor e Sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2005, 165 p.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma Questão de Gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam, *Cadernos Pagu (online)*, v. 24, 2005, pp. 127-152. Disponível em: <http://www.scielo.com.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf> Acessado em: 27 jun 2014.

FILHO, Mancorvo. *Hygiene Infantil*, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1917. Disponível em http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/index.php?codObra=0&codAcervo=166152&posicao_atual=190&posicao_maxima=194&tipo=bd&codBib=0&codMat=&flag=&desc=&titulo=Publica%E7%F5es%20On-Line&contador=0&parcial=&letra=H&lista=E Acessado em 04 jun. 2015.

FILHO, Nestor Goulart Reis. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987. Disponível em: <http://arqbrasil10.wordpress.com/arquitetura-ecletica/> Acessado em: 14 nov. 2014.

FOOT, F e LEONARD, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*, São Paulo: Global, 1982, p. 109-127.

FOUCAULT, Michel. “Aula de 17 de março de 1976”. In: *Em defesa da sociedade* São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da Sexualidade*, a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GEERTZ, Clifford. A religião como sistema cultural. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989, p. 101-142.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 255 p. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/84.pdf Acessado 19 nov. 2015.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do capital 1848- 1875*. 15a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JUNIOR, E. G. e LOVISOLO, H. R. Descontinuidades e Continuidades do Movimento Higienista no Brasil do século XX. *Revista Brasileira de Ciência e Esporte*, v. 25, n. 1, p.41-54, set. 2003. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/>> Acessado em 26 jun. 2014.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002. Parte 2, p. 105-311.

LAEMMERT, Eduard e Heinrich. Almanak Laemmert 1844-1914, *Biblioteca Nacional Digital*, Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/periodico>> Acessado em: 28 nov. 2014.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo dos gregos à Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MACHADO, Aureliano. *Revista Eu sei tudo*, ano VI, n. 6, Rio de Janeiro, nov. 1922
Disponível em
<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=164380&PagFis=8582&Pesq=Eu%20sei%20tudo>> Acessado em: 22 set. 2014.

MAGALHÃES, Raymundo. A influência da democracia no vestuário do cidadão. *Revista Ilustração Brasileira*, ano III, n. 27, Rio de Janeiro, 15 nov.1922.

MATOS, Maria Izilda S. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea, *Cadernos Pagu (online)*, vol. 11, 1998, pp. 67-75. Disponível em: <<http://www.paguunicamp.br/node/39>> Acessado em: 28 nov. 2014.

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. Cerveja e aguardente sob o foco da temperança no Brasil, no início do século XX. *Revista eletrônica de história do Brasil*, ISSN 1519-5759, Departamento e Arquivo histórico da UFJF, v. 9, n.1, jan./ jul., 2007.

MATOS, Maria Izilda S. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu (online)*, v. 11, 1998, p.67-75. Disponível em: <<http://www.paguunicamp.br/node/39>> Acessado em: 18 set. 2014.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, Biografia, In: Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=526&sid=235> Acessado em: 06 jun. 2015.

MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MIQUELONI, Larissa Gracy Bernardi; FEITOSA, Lourdes Conde. Alcoolismo, loucura e masculinidade: uma leitura em Lima Barreto, Bauru: Mimesis, v. 34, n. 2, 2013.

MISKOLCI, Richard. A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina. In: STEPAN N. L. (org) *Coleção História e Saúde (online)*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, 228 p. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acessado em: 24 jun. 2014.

MOREYRA, Álvaro. Cocaína. *Revista Ilustração Brasileira*, ano III, n. 27, Rio de Janeiro, 15 nov.1922.

MOREYRA, Álvaro. Biografia, In: Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/alvaro-moreyra/biografia> Acessado em: 22 nov. 2015.

MONTEIRO, Sarah. A Esphinge sem segredo à Álvaro Moreyra. *Revista Ilustração Brasileira*, ano III, n. 27, Rio de Janeiro, 15 nov. 1922, p. 40.

NEVES, Delma Pessanha. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico? *Cadernos de Saúde Pública (online)*, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, jan. – fev. 2004, p. 7-36. ISSN 0102-311X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n1/02.pdf>> Acessado em: 28 nov. 2014.

NETO, Coelho. Vício Novo 1922. In: REZENDE, Beatriz. *Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006, p. 70-72.

OLIVEIRA, Osmar Nascimento de. O processo civilizatório segundo Norbert Elias. *IX Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul*, 2012.

PACHECO, Leonardo Turchi. Norbert Elias e Michel Foucault diálogos sobre poder e sexualidade. *Caderno Espaço Feminino*, v. 21, n. 1, jan./jul., 2009.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História (online)*, São Paulo, v. 24, nº 1, 2005, pp. 77-98. ISSN 0101-9074. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acessado em 28 nov. 2014.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a categoria mulher. In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH, Unicamp, 2002. Disponível em:

<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/Adriana01.pdf>

Acessado em: 27 jun. 2014.

PRIORE, Mary Del. *História Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2014.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade, In: PRIORE, Mary Del (org) *História das Mulheres no Brasil*, 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2009, p. 581-605.

ROSOSTOLATO, Breno. *Eugenia e etnocentrismo*, uma sociedade segregada, 2004. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2014/09/16/eugenia-e-etnocentrismo-uma-sociedade-segregada/>> Acessado em 18 nov. 2014.

SAVIAN, Zulemar A. G. Gênero, Masculinidade e Alcoolismo: Brasil início do século XX. *Cadernos de Clio / PET de História UFPR*, Curitiba, n. 4, 2013.

_____. Alcoolismo na sociedade brasileira no início do século XX. In: *III Simpósio Internacional de Linguagens Educativas: Educação Mídia e Cultura, Anais...* Bauru: USC, mar. 2010, 401 p. Disponível em: <<http://www.usc.br/biblioteca/>> Acessado em 28 nov. 2014.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos e VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e Medicina Psiquiátrica no Brasil do início do século XX. *Revista História, Ciência e Saúde (online)*, Manguinhos, v. 17, supl. 2, dez. 2010, p. 401-420. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/08.pdf> Acessado em 28 nov. 2014.

SANTOS. Luís Carlos Borges dos, *A Educação na República Velha: (Des) Construção do feminino nos meios midiáticos*, 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-na-republica-velha-des-construcao-do-genero-feminino-nos-meios-midiaticos/52934/#ixzz3rxCHpkFo> Acessado 19 nov. 2015.

SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, jan/abr., 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria de análise histórica: gênero e a política histórica*, Nova York: Gráfica Columbia, 1989. Tradução Ângela Araujo e Lucelena Alves de Oliveira.

SEVCENKO, Nicolau (org.)/a .O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *História da Vida Privada no Brasil, República: da Belle Époque à Era do Rádio*, v. 3, 9 ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2010, pp. 7-48.

_____/b. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. *História da Vida Privada no Brasil, República: da Belle Époque à Era do Rádio*, v. 3, 9 Companhia das Letras: São Paulo, 2010, pp.513-620.

SILVA, Antônio A. de Souza. *Revista Ilustração Brasileira*, ano XII, n. 1, Rio de Janeiro, 15 mai.1935, p. 6.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary Del (org) *História das Mulheres no Brasil*, 3a edição, São Paulo: Contexto, 2009, pp. 363-399.

SOUZA CRUZ, Nossa história, 2011. Disponível em: http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9K2W?opendocument Acessado em: 29 nov. 2015.

THIELEN, Eduardo Vilela. Documentário A Revolta da Vacina, In: Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 23 min., 1994. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/v%C3%ADdeo-oswaldo-cruz-na-amaz%C3%B4nia-revolta-da-vacina> Acessado em 04 jun. 2015.